



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
Departamento de Sociologia
Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento

Dissertação Final

Uma análise de factores que condicionam a provisão sustentável dos serviços de água nas Áreas Rurais em Moçambique - Estudo de Caso do Posto Administrativo de Maua - Sede

Autor:

Alves Francisco Nhaurire

Supervisor:

Prof. Doutor Cláudio Mungoi

Maputo

Agosto 2017

Uma análise de factores que condicionam a provisão sustentável dos serviços de água nas Áreas Rurais em Moçambique - Estudo de Caso do Posto Administrativo de Maua - Sede

Dissertação apresentada em cumprimento parcial dos requisitos exigidos para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento no Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane

Autor: Alves Francisco Nhaurire

Supervisor: Prof. Doutor Cláudio Mungoi

O Júri			Data
O Presidente _____	O Supervisor _____	O Oponente _____	____/____/____

Declaração

Declaro que esta dissertação destinada a obtenção do grau de Mestre em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento, no Departamento de Sociologia, da Faculdade de Letras e Ciências Sociais, da Universidade Eduardo Mondlane, nunca foi apresentada, na sua essência, para obtenção de qualquer grau e que, ele resulta da minha investigação individual, estando indicados no texto e na bibliografia as fontes primárias e secundárias que foram utilizadas para o efeito.

Alves Francisco Nhaurire

Dedicatória

Dedico esta dissertação a todas as pessoas, instituições e organizações que no meio de tantas dificuldades e com limitados recursos e condições de trabalho encontram alternativas para o desenvolvimento social, humano e económico para mais de 63% de moçambicanos das áreas rurais sem acesso a serviços sustentáveis, equitativos e inclusivos de água, saneamento e higiene.

Agradecimentos

A elaboração de uma dissertação de Mestrado constitui um mecanismo académico para a atribuição de um título. Porém, é um trabalho individual do qual a sua concretização é influenciada por várias individualidades e instituições que não podem ser esquecidas. Neste sentido, gostaria de expressar o profundo agradecimento às personalidades que colaboraram de forma activa nas diversas fases da investigação e não só.

Em primeiro lugar quero agradecer a minha eterna saudosa mãe Ana Joaquim Lopes Bianco que me iluminou e me deu forças para que o meu objectivo fosse alcançado.

À minha esposa Celeste Alexandre e filho Alves Jr. que pacientemente souberam esperar durante os dois anos em que tive que voltar tarde a casa por ter estado a participar das aulas e a fazer os trabalhos em grupo.

Ao Professor Doutor Cláudio Mungoi que acreditou em mim e no meu potencial e sempre me encorajou a trabalhar arduamente para concluir o trabalho e pela sua paciência das vezes em que devido a pressão do trabalho não foi possível cumprir com os prazos de entrega do trabalho.

À Professora Nair Teles e a Eng^a. Felicidade Panguene que sem hesitar concederam-me cartas de recomendação para a minha candidatura ao curso de mestrado. À Dra. Rosária Mabica que emquanto minha gestora de linha autorizou-me a estudar enquanto funcionário da WaterAid.

À todos que colaboraram para a elaboração da pesquisa com destaque para aqueles que despenderam parte do seu tempo para participar das entrevistas no processo de recolha de dados. Uma peça fundamental neste processo foi o Sr. Elias Mania Hilário de Maua que durante o período de recolha de dados pacientemente foi o meu guia e tradutor, a ele e aos demais vai o meu muito obrigado.

E finalmente, mas não menos importante o meu obrigado vai a todos os colegas em particular Victorino Guatura e professores do MSG 6 que directa ou indirectamente contribuíram para este trabalho.

Resumo

O presente estudo, intitulado *Uma análise de factores que condicionam a provisão sustentável dos serviços de água nas áreas Rurais em Moçambique-Estudo de Caso do Posto Administrativo de Maua-Sede*, tem como objectivo geral compreender a questão da sustentabilidade dos serviços de água através dos factores que motivam os actores sociais a nível comunitário a se engajarem nos comités de gestão. Sobre o nosso objecto partimos do pressuposto de que há um paradoxo entre o investimento para a construção de fontes de água e a sustentabilidade das mesmas. A revisão de literatura feita mostrou que há duas perspectivas que dão resposta ao problema: Uma que encontra explicação em questões técnico e financeiras e a outra que pressupõe a necessidade de tomar em consideração os interesses e motivações dos actores sociais envolvidos no processo.

Assim sendo, problematizamos a temática tomando como base a seguinte questão de partida: *De que modo os interesses dos membros dos comités de água correspondem as expectativas da sua criação e por via disso garantir a provisão sustentável dos serviços de água?.* Deste modo temos como hipóteses: *H1: Há uma falsa percepção por parte da comunidade de que o seu envolvimento nos comités de gestão de água poderá garantir-lhes uma fonte de obtenção de ganhos económicos e sociais (prestígio); H2: Há fraca articulação entre a abordagem da participação comunitária na provisão de serviços com as lógicas e dinâmicas de funcionamento das comunidades locais.*

Para a testagem das hipóteses, colhemos informações junto do membros dos comités de gestão de água com recurso a entrevistas individuais semiestruturadas. Conduzimos grupos focais com os utentes das fontes. Para a análise dos dados colhidos, usamos a teoria dos grupos de Mancur Olson. Desta análise, constatamos que existem 3 factores de destaque: 1-A expectativa de obter uma remuneração; 2-O prestígio por participar activamente na provisão de serviços de acesso a água na comunidade, e 3-a busca de uma ocupação. A não satisfação destes factores, constitui motivo para a desistência dos membros e por conseguinte a fraca funcionalidade do comité o que por sua vez implica a fraca sustentabilidade da fonte de água.

Palavras Chave: Sustentabilidade; Comité de gestão de água e Comunidade

Abstract

In this study, under theme *an analysis of the factors which influence the sustainable provision of water services in rural areas in Mozambique-Case Study of Posto Administrativo de Maua-Sede*, we made an analysis of functionality of water user committees as social groups and their influence to guarantee the sustainability of water supplies. Our main objective was to understand the issue of sustainability of water services through the factors that motivate the social actors at community level to engage or not in the committees.

We problematized the issue based on the following starting question: *How the interests of members of water and sanitation committees correspond to the expectations of its creation and through that ensure the sustainable provision of water services? We raised two hypotheses: H1: There is a perception by the community that their involvement in water user committees will ensure them economic and social gains (prestige); H2: There are weak link between the approach of community participation in the provision of services with the logic and dynamics of functioning of local communities.*

In order to test the hypotheses, we collect information from the members of water users committees using semi-structured individual interviews. We conducted focus groups to the source users. The theory of groups of Mancur Olson served as the theoretical framework for the analysis and understanding of the motivations that can lead individuals or groups to engage them in a social group, which in this study we refer to the water user committee. Based on a qualitative methodology, the results led us to conclude that there are several factors that lead communities to engage to the committees highlighting expectation to earn compensation, prestige to participate actively in the provision of access to water services in the community and looking for a job, so that failure to meet these factors is grounds for withdrawal of members and therefore the weak functionality of the committee which also has a direct implication to the functionality of the water points.

Key words: Sustainability; Water User Committee and Community

Acrónimos

AASR	Abastecimento de Água e Saneamento Rural
AIAS	Administração das Infra-estruturas de Água e Saneamento
CIP	Centro de Integridade Pública
CRA	Conselho de Regulação de Água
DNA	Direcção Nacional de Águas
DNAAS	Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento
DNEAP	Direção Nacional de Estudos e Análise de Políticas
FIPAG	Fundo de Investimento do Património de Água
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IESE	Instituto de Estudos Sociais e Económicos
JICA	Agência Japonesa para Cooperação Internacional
JMP	Joint Monitoring Programme
MAE	Ministério de Administração Estatal
MEF	Ministério de Economia e Finanças
MIPAR	Manual de Implementação de Projectos de Água Rural
MPD	Ministério de Planificação e Desenvolvimento
ODM	Objectivos de Desenvolvimento de Milénio
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não-Governamental
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PARP	Plano de Acção para a Redução da Pobreza
PESA	Plano Estratégico de Água e Saneamento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PRONASAR	Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural
SMAE	Serviços Municipais de Água e Energia
SDC	Swiss Development Corporation
SNV	Organização Não-Governamental Holandesa
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

Lista de Gráficos, Tabelas e Mapas

Gráfico 1: Percentagem de Agregados Familiares com acesso a água potável.....	8
Gráfico 2: Orçamento alocado ao sector de água 2008, 2009, 2010, 2011.....	9
Tabela 1: Evolução dos investimentos por subsector	9
Tabela 2: Evolução em termos de investimentos para água ao nível provincial.....	10
Tabela 3: Estrutura e Responsabilidade dos membros do comité de Água, Saneamento e Higiene.....	35
Tabela 4: Lista dos Informantes Chave.....	74
Tabela 5: Lista dos membros dos comités entrevistados.....	74
Tabela 6: Lista dos participantes dos Grupos focais.....	74
Tabela 7: Lista dos comités de Água em Maua.....	75
Mapa 1: Mapa de localização do Distrito de Maua.....	86

Índice

Declaração.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
Abstract.....	v
Acrónimos.....	vi
Lista de Gráficos, Tabelas e Mapas.....	viii
1-INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Contextualização.....	1
1.2 Justificativa.....	12
1.3 Definição do Problema.....	15
1.4 Objectivos.....	17
1.5 Hipóteses.....	18
2-METODOLOGIA.....	19
2.1 Trabalho de campo.....	20
2.2 Aspectos éticos.....	22
2.3 Análise dos dados.....	23
2.4 Constrangimentos.....	23
3-REVISÃO DA LITERATURA.....	24
4-QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL.....	30
4.1 Abordagem Teórica.....	30
4.2 Conceitos.....	33

5-APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	40
5.1 Perfil Social e Económico do Grupo Alvo.....	40
5.2 Objectivos da constituição do comité.....	41
5.3 Distribuição de funções.....	44
5.4 Capacidade dos membros para a gestão e manutenção da fonte.....	47
5.5 Percepções locais sobre a sustentabilidade.....	49
5.6 Razões do envolvimento das comunidades aos comités de gestão de água.....	52
5.7 Implicações e o papel do comité na vida dos seus membros.....	55
6-CONCLUSÕES.....	60
BIBLIOGRAFIA.....	65
ANEXOS	70

1-INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

O acesso a água segura e ao saneamento básico são essenciais ao desenvolvimento humano, a garantia da sua disponibilidade deve ser uma das preocupações das políticas de combate a pobreza e melhoria da qualidade de vida das pessoas. De acordo com o PNUD (2006), quando as pessoas se encontram privadas de água potável e de saneamento se confrontam com oportunidades diminuídas de realizarem o seu potencial enquanto seres humanos.

Moçambique está ainda na lista dos países mais pobres do Mundo. Porém, há que salientar que de 1997 a 2003 (ano da última pesquisa nacional aos domicílios) a pobreza reduziu de 70 para 54%, dados encorajadores, mas a grande maioria da população rural ainda vive na situação de pobreza, importa salientar que estes dados mantiveram-se estagnados se comparados com os resultados da Avaliação Nacional sobre a Pobreza de 2008/9 do MPD (2010).

Dados sobre a distribuição da população moçambicana por área de residência indicam que cerca de 68% das famílias pobres vivem em áreas rurais segundo o INE (2012). A população tem a agricultura como a principal fonte de renda e alimentos, mas a produtividade agrícola é muito baixa, o que não lhes permite ter rendimento suficiente para satisfazer em pleno as suas necessidades.

Com baixos rendimentos e os níveis de pobreza altos, o acesso a água e saneamento em zonas rurais se mostra ainda mais deficitário. Uma análise feita pelo ROSC¹ (2014) mostrou que esta situação chama atenção para a necessidade de se investir não só numa maior expansão e acesso aos serviços de água e saneamento, mas também para a necessidade da redução das disparidades sociais no acesso a estes serviços básicos.

No contexto rural, famílias ainda carecem de acesso a serviços básicos como educação, saúde, abastecimento de água potável e saneamento. Há que reconhecer que em termos de políticas grandes progressos foram feitos nos últimos anos para fazer chegar o abastecimento de água e

¹ ROSC é um Fórum da Sociedade Civil para os Direitos da Criança

saneamento a mais pessoas, o destaque vai para as reformas políticas consagradas na Política Nacional de Águas e do Programa Nacional de Desenvolvimento da Água de 1995. Porém, a operacionalização dessas políticas constitui ainda um enorme desafio.

O desenvolvimento de programas específicos para o acesso melhorado de água e saneamento não constitui facto novo na génese das políticas de desenvolvimento rural. Até ao período em que o país alcança a independência em 1975, a gestão das infra-estruturas de água era feita pelos serviços hidráulicos e SMAE, este cenário ganha nova dinâmica no período entre 1977 a 1990, altura em que o sector de águas é reorganizado e cria-se a DNA como instituição responsável pela elaboração e gestão de políticas, estratégias de mobilização de investimentos para o abastecimento de água e saneamento nas zonas rurais e urbanas.

Em 1991 inicia a descentralização e desconcentração de serviços de abastecimento de água e gestão operacional dos Recursos Hídricos e é a partir deste período em que várias políticas e programas são desenvolvidos para a regulamentação dos serviços de fornecimento e gestão dos recursos hídricos.

Torna-se incontornável abordar a questão do acesso a água e saneamento seguros na década de 2000 sem fazer referência aos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Os ODM são um conjunto de 8 objectivos e 22 metas adoptadas por 191 estados membros das Nações Unidas no ano 2000, os mesmos representam uma parceria entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos, tendo em vista criar um clima, tanto a nível nacional como mundial, que conduza ao desenvolvimento e a eliminação da pobreza.

A questão de acesso a água está enquadrada no objectivo 7 que visa garantir a Sustentabilidade ambiental e cuja meta é reduzir para a metade a percentagem de pessoas privadas do acesso permanente a água. As tendências indicavam que ao se cumprir com as metas dos ODM, cerca de menos de 203.000 mortes de crianças em 2015 e mais de 1 milhão de vidas de crianças seriam poupadas, um ganho adicional de 272 milhões de dias de frequência escolar, só como resultado da redução de casos de diarreia e benefícios económicos totais de cerca de 38 mil milhões de dólares por ano (PNUD: 2006).

Depois da declaração, os ODM passaram a figurar como documento orientador para a elaboração de programas de desenvolvimento dos países membros e em vias de desenvolvimento. Moçambique assumiu o compromisso de atingir uma cobertura de abastecimento de água rural de 70% até 2015 (MOPH: 2007). Nesta óptica, vários programas e projectos foram desenvolvidos com vista a aumentar a cobertura nacional em água e saneamento.

Numa perspectiva de dar resposta aos desafios para o alcance das metas dos ODM na componente de Água e Saneamento foi elaborado o plano estratégico de Água e Saneamento (PESA-ASR), para um intervalo temporal de 10 anos (2006-2015). Assim sendo, para a sua operacionalização e implementação foi elaborado e aprovado o PRONASAR através do Diploma Ministerial nº 258/2010, este igualmente constituiu-se como um instrumento para a operacionalização do Plano Quinquenal e do PARPA.

O Programa ocupar-se-ia dos desequilíbrios na cobertura dentro das províncias e distritos e promoveria a harmonização da ajuda e a reforma institucional no subsector do Abastecimento de Água e Saneamento Rural (AASR). O enfoque particular do programa seria no desenvolvimento da capacidade aos níveis distrital e local por forma assegurar-se uma provisão de serviços e cobertura de abastecimento de água e saneamento rural sustentáveis (MOPH: 2009).

Com a implementação do PRONASAR e outras acções em curso, estimava-se que mais de 4.5 milhões de habitantes da população rural de Moçambique seriam beneficiados através do aumento da actual cobertura do abastecimento de água rural de 54% para 70% até 2015. O alcance desta taxa de cobertura iria requerer a disponibilização de até 12.000 fontes de água novas ou reabilitadas e 120 pequenos sistemas de abastecimento de água (Idem).

A Província de Niassa tem uma das taxas de cobertura mais baixas com cerca de 39% da população total com acesso a serviços de água. Os dados de cobertura são referentes ao fornecimento de água às comunidades rurais como resultado de construção de furos, poços e pequenos sistemas de abastecimento de água. Mais adiante iremos apresentar os dados de cobertura ao nível nacional que inclui pequenos e grandes centros urbanos. Importa salientar que estes são os dados mais recentes enquadrados no âmbito de implementação do PRONASAR.

Paralelamente às políticas e programas para o sector de águas, os planos do governo para a redução da pobreza, a questão de acesso a água constitui problema a ser resolvido. Neste sentido, O PARPA (2001) coloca a água como uma das acções a empreender sob ponto de vista de dois prismas.

O PARPA (2001) indica que por um lado, a gestão dos recursos hídricos cujo objectivo principal é promover a utilização sustentável da água através da manutenção adequada das obras existentes e da promoção de novas barragens de pequena e média dimensão; introdução de mecanismos de planeamento das bacias; o aproveitamento económico sustentável das águas interiores e costeiras, por outro, lado a questão de abastecimento de água e saneamento cujo objectivo principal é incrementar o abastecimento de água potável e provisão de saneamento das zonas urbanas e rurais e reduzir custos.

O documento preconiza 3 acções principais a empreender nomeadamente: 1-Elevar a cobertura para 50% no abastecimento de água a população urbana e peri-urbana, através da reabilitação de sistemas de abastecimento e redução de perdas; 2- Elevar a cobertura para 40% da população no abastecimento de água a zonas rurais, abrangendo 6 milhões de pessoas em 2004, assegurando a sustentabilidade da gestão local das infra-estruturas através da implementação dos programas de abastecimento de água particularmente nas províncias da Zambézia, Nampula e Niassa; 3- reforçar o programa de latrinas melhoradas atingindo os níveis de cobertura de abastecimento de água PARPA (2001).

Em 2006 é lançado o PARPA II² que aborda a questão do acesso a água e saneamento como factor para a redução da pobreza, enfatizando a necessidade de uma gestão sustentável dos recursos hídricos, mas com salvaguarda da qualidade e a quantidade para o abastecimento às populações e actividades rurais.

Sobre a mesma problemática, o PARP³ (2011-2014) previa aumentar a cobertura de acesso a água potável através da construção e reabilitação de fontes dispersas, nas zonas rurais;

² Plano aprovado pelo Governo em substituição do PARPA I

³ Neste plano foi retirada a componente Pobreza Absoluta

Implementação de estratégias conducentes a sustentabilidade e uso das infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento (novas e existentes) nas zonas rurais e peri-urbanas.

A problemática de acesso a água e saneamento seguro voltou a constituir agenda para os países membros das Nações Unidas com a aprovação em 2015 dos ODS. Trata-se de uma agenda global que integra 17 objectivos, sendo a água e saneamento enquadrados no objectivo 6. Segundo a agenda o objectivo 6 tem como foco assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos até 2030 (MEF: 2016).

Em termos legais e institucionais, o sector de águas em Moçambique está enquadrado num domínio legal que remota desde os anos 90. Em 1991 é criada a Lei das Águas através do decreto-lei nº 16/91, de 3 de Agosto. Esta lei estabelece os princípios de gestão das águas, a necessidade de se fazer um inventário de todos os recursos hídricos existentes no país, o regime de utilização, as prioridades, os direitos e obrigações dos utentes.

A lei enfatiza a acção estatal e a participação das populações na gestão dos recursos hídricos, a intervenção do estado seria por via do então Ministério da Construção e Águas com recurso ao Conselho Nacional de Águas. Esta lei evidencia ainda a necessidade do envolvimento das populações na gestão de recursos hídricos. Porém, não clarifica de que modo seria operacionalizada tal participação da população no processo de gestão.

As funções e a composição do Conselho Nacional de Águas são estabelecidas através do Decreto nº 25/91, de 14 de Novembro. Em conformidade com a Lei das Águas, o Decreto nº 26/91 de 14 de Novembro cria 5 administrações regionais de águas organizadas na base de bacias hidrográficas cuja função principal é administrar os recursos hídricos regionais. Estas administrações regionais eram dotadas de personalidade jurídica e autonomia administrativa, patrimonial e financeira, mas sob tutela do Ministério de Construção e Águas através da Direcção Nacional de Águas.

Em 1998 é instituída a base para o estabelecimento de gestão delegada do abastecimento de água através do Decreto nº 72/98 de 23 de Dezembro e foi nesta óptica que no mesmo ano através dos

Decretos nº 73 e 74/98 é criado o Fundo do Património de Abastecimento de Água (FIPAG) e o Conselho de Regulação do Abastecimento de Água (CRA).

Na óptica de UANDELA (2012), este quadro tem como objectivos garantir a eficiência da gestão dos sistemas do abastecimento de água e responder às necessidades de planificação e de desenvolvimento do sector, bem como a execução dos objectivos principais definidos na Política Nacional de Águas.

Em termos institucionais, O FIPAG afigura-se como uma entidade que tem um contrato de exploração e a obrigação de abastecer o consumidor, na base de um relacionamento contratual entre o operador e o consumidor. O CRA representa a instância reguladora de Gestão Delegada, incluindo a função de supervisão, controlo de qualidade e fixação de tarifas (Idem).

Em 2002 é aprovado o Manual de Implementação dos Projectos de Abastecimento de Água Rural (MIPAR) através do Diploma Ministerial nº 23/2002. Na óptica deste diploma o manual constitui-se como um mecanismo de implementação da política de águas no sentido em que estabelece e orienta o processo de implementação dos projectos de abastecimento de água numa abordagem de procura, isto significa que as comunidades devem participar em todos os processos de provisão de água (planificação, implementação, gestão, manutenção e a garantia da sustentabilidade através das contribuições monetárias das comunidades).

O manual torna-se assim um documento crucial no processo de descentralização dos serviços de provisão da água rural, no sentido em que à luz da lei dos órgãos locais, as autoridades locais se constituem como agentes relevantes na provisão dos serviços e na garantia da sustentabilidade dos sistemas, estabelece os princípios de participação comunitária na provisão dos serviços incentivando as comunidades a criarem os comités de gestão de água.

Para além de enfatizar a participação da comunidade, o manual vai estabelecer os princípios orientadores dos vários intervenientes do sector de águas aos vários níveis (Central, Provincial, Distrital e Comunitário, Parceiros de cooperação, Assembleias e Conselhos municipais, Sector privado e ONGs). Porém, o mesmo não esclarece de que modo estes comités serão sustentáveis.

A lei de águas de 1991 é transformada em Política em 2005 através da Resolução nº 8/2005 tendo este passado a ser designada Política Nacional de Águas com o objectivo de dar uma orientação para o desenvolvimento do sector de águas em Moçambique. Esta política sofre uma revisão 2 anos depois da sua aprovação em 2007, passando esta a ser chamada Política de Águas. Esta passa a enfatizar as questões de sustentabilidade através de uma maior participação das populações beneficiárias.

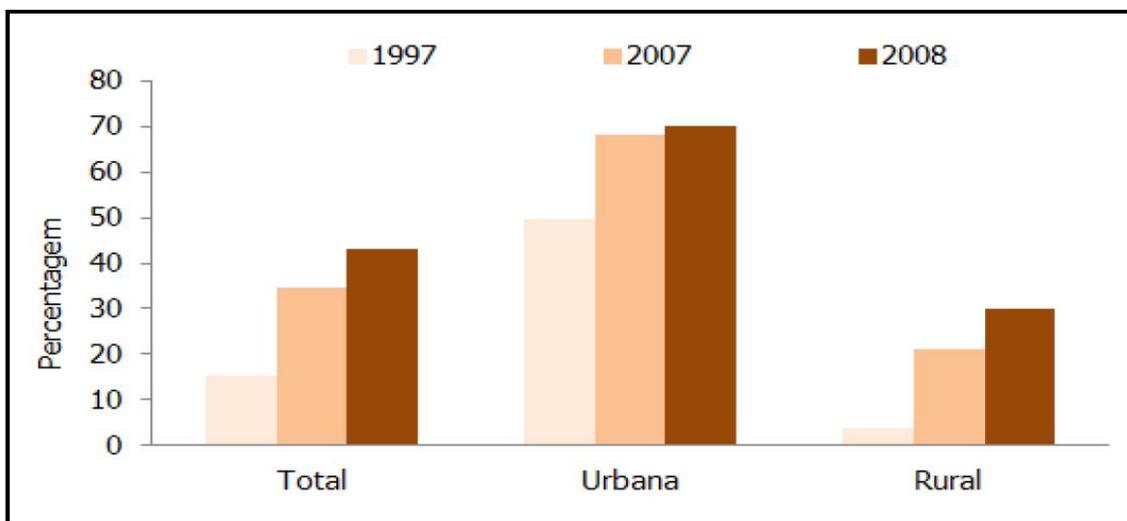
Em 2009 são aprovados dois decretos que vão dar um novo cenário ao processo de regulamentação e gestão dos sistemas de abastecimento de água e saneamento, nomeadamente o Decreto nº 18/2009 de 13 de Maio que alarga o mandato do CRA para a supervisão do processo de abastecimento de água em todos os centros urbanos e saneamento e o Decreto nº 19/2009 de 13 de Maio que cria a Administração de Infra-estruturas de Água e Saneamento (AIAS) que passa a ser responsável pela gestão do património dos sistemas públicos secundários de distribuição de águas e pelos sistemas públicos de drenagem das águas residuais.

Nesta óptica a gestão e operacionalização dos sistemas é delegada a operadores privados e outras entidades. Assim sendo, enquanto AIAS fica responsável pela administração de sistemas secundários, o FIPAG tem uma administração de sistemas de abastecimento de água mais larga.

O contexto ora apresentado mostra uma vasta gama de instrumentos, políticas e programas com vista ao maior acesso a água às comunidades. Porém, este ainda é um desafio nas zonas rurais. O inquérito de indicadores múltiplos de 2008 indica que somente 43% da população tem acesso a água potável, a situação nas zonas rurais é mais crítica do que nas zonas urbanas, de forma que apenas 30% das zonas rurais tem acesso a água potável (UNICEF: 2013).

O gráfico 1 mostra que até 1997 somente cerca de 15% de agregados familiares em Moçambique tinha acesso a água potável tendo aumentado somente em 28% até 2008, sendo as zonas rurais as que menos progresso registaram em comparação com as zonas urbanas.

Gráfico 1: Percentagem da população com acesso a água potável em 1997, 2007 e 2008



Fonte: INE (2011)

Dados mais recentes indicam um aumento de cobertura nas zonas rurais, mas não satisfatório e não superior a cobertura nas zonas urbanas. De acordo com o relatório do JMP, de 2008 até 2012 cerca de 34% da população nas zonas rurais tinha acesso a água segura. O relatório de 2015 do JMP mostra uma evolução de 3% comparativamente aos dados de 2012. Os níveis de cobertura diferenciados entre as zonas rurais e urbanas em parte estão directamente relacionados com as discrepâncias em termos de investimento para as infra-estruturas de água nos dois contextos nacionais.

Recorrendo a análise feita pelo CIP (2013), os dados indicam que em termos de investimento para as infra-estruturas de abastecimento de água, as zonas rurais receberam 2.335.932,65 milhões de meticais contra 8.937.970,95 milhões de meticais no período entre 2008 a 2011. Porém, dados indicam que mais de 80% da população moçambicana vive em zonas rurais, um facto relevador que as zonas rurais ainda são marginalizadas na distribuição de investimentos para acesso a água. A tabela 1 mostra esta diferença de investimento nos dois contextos rural e urbano.

Tabela 1: Evolução dos investimentos por subsector (os valores na tabela estão expressos em Mt-Moeda Nacional de Moçambique)

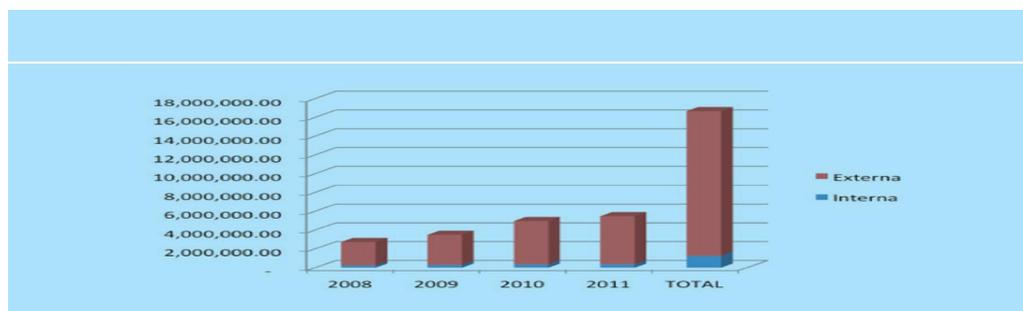
	Água Rural	Água Urbana	Saneamento Rural	Saneamento Urbano	ASUrbano	Cap.Institucional
2008	197.910,46	1.830.455,50	-	519.294,55	15.006,25	170.305,62
2009	687.264,60	1.335.203,48	-	1.190.734,13	20.813,94	254.199,38
2010	514.010,48	2.751.282,67	-	1.409.577,39	14.000,00	273.891,41
2011	936.747,11	3.021.029,30	28.028,15	1.374.850,57	49.820,19	108.733,41
TOTAL	2.335.932,65	8.937.970,95	28.028,15	4.494.456,64	99.640,38	807.129,82

Fonte: CIP (2013)

O relatório do estudo sobre o financiamento do sector de água de 2013 indica ainda que de um modo geral, o orçamento para o investimento no abastecimento de água tem vindo a crescer nominalmente passando de 2.7 mil milhões de Meticais em 2008 para 5.5 mil milhões em 2011.

O gráfico 2 ilustra o investimento interno e externo para o sector de águas. O mesmo mostra uma evolução no orçamento alocado para o sector entre o período de 2008 a 2011, sendo que grande parte dos fundos é externa na ordem de 18.000.000,00 Meticais contra cerca de 2.000.000,00 Meticais provenientes de fundos internos.

Gráfico 2: Orçamento alocado ao sector de água em 2008, 2009, 2010, 2011 (os valores no gráfico estão expressos em Mt-Moeda Nacional de Moçambique)



Fonte: CIP (2013)

Paradoxalmente a este crescimento no investimento, o sector de águas debate-se com o problema da sustentabilidade das infra-estruturas construídas, esta situação prejudica o progresso do abastecimento de água rural. Dados indicam que 2 em 3 bombas manuais instaladas nos países em desenvolvimento estejam a funcionar de acordo com a Rural Water Supply Network (2010).

De acordo com o CIP (2013) de um total de 421.490,5 milhões de meticais de investimento no sector de água a nível Nacional de 2008 a 2011, a Província de Niassa beneficiou de cerca de 161.924,10 milhões de meticais, que corresponde a 38.4% do total alocado. Em termos anuais há que considerar um decréscimo de investimento em 2011. Grande parte de investimento recebido pelas províncias em geral e para Niassa de forma particular foi impulsionado pelo investimento externo em cerca de 90% do total investido no período em referência.

A tabela 2 mostra a evolução de investimento no sector de águas ao nível das províncias, a mesma indica que a Província de Niassa enquadra-se no segundo lugar em termos de financiamento antecedido da Província de Inhambane.

Tabela 2: Evolução em termos de investimentos para água ao nível provincial (os valores na tabela estão expressos em Mt-Moeda Nacional de Moçambique)

Província	2008	2009	2010	2011
Niassa	19.585,95	36.896,70	81.264,70	24.176,75
C. Delgado	7.452,18	7.458,85	7.661,95	3.150,10
Nampula	1.000,00	-	759,02	1.178,33
Zambézia	1.500,00	2.500,00	2.500,00	4.857,80
Tete	6.677,15	8.352,15	11.741,95	7.426,93
Manica	2.900,00	2.880,00	6.680,00	2.785,25
Sofala	6.159,49	1.019,92	17.909,92	8.404,08
Inhambane	39.169,40	41.350,00	1.320,00	884,58
Gaza	4.698,80	4.388,75	5.024,80	1.644,05
Maputo-Província	5.000,00	16.800,00	7.917,00	2.769,06
Maputo - Cidade	750,00	-	917,18	1.977,71
TOTAL	94.892,97	121.646,37	143.696,52	59.254,64

Fonte: CIP (2013)

O MIPAR indica que grande parte das infra-estruturas de água construídas não está funcional ou está obsoleta como resultado da fraca manutenção, essencialmente como resultado do fraco envolvimento da comunidade (MOPH: 2001).

É neste contexto que a problemática de acesso a água nas comunidades rurais e o desafio que se impõe para garantir a sustentabilidade das infra-estruturas, representa a razão pela qual foi realizada a presente pesquisa, que constitui um requisito pedagógico para a obtenção do Grau de Mestre em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento na Faculdade de Letras e Ciências Sociais. Assim, propusemo-nos discutir como tema de investigação o seguinte: *Uma análise de factores que condicionam a provisão sustentável dos serviços de Água nas áreas Rurais em Moçambique -Estudo de caso do Posto Administrativo de Maua-Sede.*

Trata-se de um trabalho que se assenta no método qualitativo, através do qual procuramos trazer uma abordagem que tencionava captar as concepções da comunidade sobre a sustentabilidade das infra-estruturas, as causas do envolvimento das comunidades nos comités de gestão de água e o papel do comité na garantia do funcionamento das infra-estruturas.

O desenvolvimento da problemática teve como base os dados estatísticos existentes sobre os níveis de cobertura, sustentabilidade das infra-estruturas e o orçamento alocado para o sector no período entre 2008 a 2012.

Assim, o estudo obedece a seguinte estrutura: No primeiro capítulo, apresentamos a introdução onde consta a contextualização do tema e focalizamo-nos no quadro legal e políticas sobre o acesso a água em Moçambique desde os primórdios da independência até a actualidade. Fazemos uma breve apresentação do tema, a justificativa, a problemática, os objectivos, a questão de partida e as hipóteses. No segundo capítulo, debruçamos sobre os procedimentos metodológicos que guiaram a realização do estudo, enfatizando o método qualitativo tendo em conta a natureza do estudo e adoptamos o estudo de caso como principal procedimento da pesquisa.

No terceiro capítulo, tratamos da revisão da literatura onde fizemos a discussão teórica existente sobre a problemática em análise ao nível nacional. Sobre este capítulo, nos deparamos com uma vasta gama de literatura em língua inglesa que aborda sobre a temática. Porém, poucos foram os

trabalhos de cunho científico que abordam sobre a temática a nível nacional, com a excepção dos estudos de UANDELA (2012), FORQUILHA (2013) e relatórios de avaliações elaborados por organizações e agências que implementam projectos de água e saneamento a nível das comunidades rurais em Moçambique.

No quarto capítulo apresentamos o quadro conceptual e teórico que dá o suporte teórico ao trabalho e neste capítulo apontamos a perspectiva de Mancur Olson na sua teoria dos grupos sociais como o referencial teórico que orientou a pesquisa. Os conceitos de Comunidade, Sustentabilidade e Comité de gestão de água mereceram destaque neste capítulo atendendo que são estes três conceitos que nos propusemos a discutir em todo o trabalho.

No quinto capítulo apresentamos os resultados da pesquisa agrupados em 7 subcapítulos que retratam os 4 objectivos específicos da pesquisa que nos permitiram concluir que há vários factores que estão por de trás do envolvimento das pessoas nos comités de gestão de água no Posto Administrativo de Maua Sede. No Sexto capítulo evidenciamos as principais conclusões da pesquisa onde confirmamos as nossas hipóteses e finalmente apresentamos a bibliografia e os anexos.

1.2 Justificativa

- Porquê do tema?

Durante os anos de experiência de trabalho na área de desenvolvimento comunitário e em particular no sector de água e saneamento fui levantando algumas inquietações em torno da sustentabilidade das fontes de água sobretudo em relação ao papel dos actores sociais que devem garantir a manutenção das fontes, neste caso os comités de gestão de água. Das questões levantadas há que destacar as seguintes: O que motiva a criação de um comité de gestão e de que modo as comunidades podem engajar-se efectivamente ou não num trabalho não remunerado? Como é que um grupo não reconhecido legalmente a nível das estruturas do poder administrativo e estatal pode ser sustentável? Assim, estas inquietações só seriam possíveis de serem respondidas a partir de uma reflexão sociológica sobre a temática.

- **Pertinência**

O conhecimento do tema em análise permite compreender as lógicas e as dinâmicas de funcionamento dos comités de gestão de água como formas de organização social que podem contribuir para o desenvolvimento comunitário; Esta área interessa a sociologia rural, na análise dos aspectos sociais que condicionam a provisão dos serviços de água nas comunidades e permite compreender as motivações dos agentes “rurais”, os padrões de interacção que estes mantêm e os factores que influem na organização desses padrões de interacção;

A escolha da Província de Niassa para a realização da pesquisa justifica-se pelo facto de ser um dos maiores beneficiários em termos de investimentos em projectos de Água e Saneamento a nível Nacional nos últimos anos depois da Província de Inhambane, mas com especial destaque para o período 2008-2011, em resposta às necessidades de desenvolvimento através da provisão dos serviços de água e saneamento, nomeadamente, furos de água e construção de latrinas melhoradas.

O Distrito de Maua integra o grupo de 5 Distritos da Província de Niassa (Maua, Mecanhelas, Nipepe, Metarica, Sanga) que se beneficia de um projecto de abastecimento de Água e saneamento melhorado implementado pela WaterAid⁴. Porém, o distrito ainda debate-se com problemas de acesso a água segura para as populações com uma taxa de cobertura de 33,7% (MAE: 2014).

Os desafios que o Distrito de Maua enfrenta quanto a sustentabilidade das fontes justificaram a escolha do mesmo para realizar a pesquisa que incidiu no horizonte temporal de 2008 a 2014, sendo este o período em que a Província foi beneficiada de vários projectos⁵ para a melhoria do acesso aos serviços de água, saneamento e higiene. Escolhemos o Posto Administrativo de Maua-Sede por ser um dos locais com problemas de acesso a água devido a avaria das fontes de

⁴ WaterAid é uma Organização Não-Governamental Inglesa que opera em Moçambique a mais de 20 anos. As suas actividades estão centradas no processo de influência junto ao Governo para planificar e financiar água, saneamento e higiene adequados para as comunidades. A organização opera nas Zonas, Norte (Niassa), Centro (Zambézia) e Sul (Maputo).

⁵ Os projectos de relevo foram financiados e implementados pela WaterAid, SNV, IBIS, JICA e SDC

água segura e também pelo facto das comunidades alvo (Muapula e Mugoma) serem de fácil acesso.

O Distrito de Maua, localiza-se no extremo Sudoeste da Província de Niassa, a Norte faz fronteira com o Distrito de Marrupa através do rio Messalo, a Sul com o Distrito de Metarica através do rio Macequece, a Este com o Distrito de Nipepe e a Oeste com os Distritos de Mandimba e Majune através do rio Caputula (MAE: 2014).

A superfície do distrito é de cerca de 8.077 km² e a sua população está estimada em 58 mil habitantes até 2012 na sua maioria jovens, cerca de 46%. Com uma densidade populacional aproximada de 7.1hab/km², prevê-se que o distrito em 2020 venha a atingir os 70 mil habitantes. Idem.

O MAE (2014) indica que existem cerca de 126 fontes de água, das quais 15 avariadas e 5 abandonadas com uma taxa de cobertura de 33,7% do total da população. O mesmo documento indica que o distrito necessita de mais 65 fontes de água para cobrir a totalidade da população estimada em cerca de 57,610 habitantes.

Os dados actualizados sobre as infra-estruturas de água e o seu estado de operacionalidade fornecidos pelo Director dos Serviços Distritais de Planeamento e infra-estruturas de Maua indicam que existem 144 fontes de água das quais 40 não funcionais.

Porém, há que reconhecer o esforço que o governo distrital tem vindo a empreender com o apoio de algumas organizações não governamentais com destaque para a WaterAid que tem apoiado o Distrito na reabilitação e abertura de novas fontes de água e nas actividades de promoção das boas práticas de saneamento e higiene num investimento total de mais de 8.527.725 meticais⁶ entre 2009 a 2015.

Em termos de rede escolar e sanitária, o MAE (2014) indica que o Distrito possui 69 escolas (das quais, 57 do ensino primário nível 1) e está servido por 7 unidades sanitárias, que possibilitam o

⁶ Dados fornecidos pelo departamento financeiro da WaterAid.

acesso progressivo da população aos serviços do Sistema Nacional de Saúde, apesar de ser bastante insuficiente.

Como é característico nas zonas rurais do país, a agricultura é a principal actividade económica e é praticada por quase toda a população do Distrito. A agricultura é essencialmente de subsistência sendo praticada manualmente em pequenas explorações familiares em regime de consociação de culturas com base em variedades locais. Das culturas alimentares de subsistência mais predominantes destaca-se a mandioca, o milho, feijões, arroz produzido em vales dos rios, mapira e mexoeira. Há ainda a prática de culturas de rendimento com destaque para o algodão e o tabaco, esta última em pequena escala (Idem).

A produção agrícola tem vindo a registar crescimento considerável, a título de exemplo na campanha 2010/11 houve um crescimento na ordem de 11.9% na produção de culturas alimentares comparativamente a campanha 2009/10. O fomento pecuário no Distrito tem sido fraco. Porém, dada a tradição na criação de gado e algumas infra-estruturas existentes, verificou-se algum crescimento do efectivo pecuário (Idem).

1.3 Definição do Problema

De acordo com o estudo sobre o financiamento do sector de água de 2013, o orçamento para o investimento no abastecimento de água tem vindo a crescer nominalmente passando de 2.7 mil milhões de meticais em 2008 para 5.5 mil milhões de meticais em 2011. Paradoxalmente a este crescimento no investimento, o sector de águas debate-se com o problema da sustentabilidade das infra-estruturas construídas, o que prejudica o progresso do abastecimento de água rural. Dados indicam que 2 em 3 bombas manuais instaladas nos países em desenvolvimento estejam a funcionar (WATER SUPPLY NETWORK: 2010).

O Plano Estratégico de Água e Saneamento 2006-2015 indica que em Moçambique cerca de 40-50% das obras de abastecimento de água no meio rural em cada ano são reabilitações, mostrando a baixa sustentabilidade das fontes dispersas (MOPH: 2007).

Há um reconhecimento pelo Governo da problemática da sustentabilidade das fontes de água rural, sendo que a questão da sustentabilidade afigura-se como um dos desafios para o alargamento da cobertura nacional e capitalização dos investimentos. Assim sendo, a questão da sustentabilidade das fontes passou a figurar no Plano Estratégico de Água e Saneamento Rural 2006-2015 como o primeiro dos quatro desafios do sector, nomeadamente: 1) Aumentar a sustentabilidade e acelerar a cobertura; 2) introduzir inovação tecnológica e dinamizar as instituições; 3) desenvolver estratégias e mecanismos eficientes de financiamento; 4) relacionar a descentralização com o melhoramento da planificação e das estratégias de implementação.

Numa perspectiva analítica do problema, vários são os estudos que procuram compreender a questão da sustentabilidade das infra-estruturas de água e saneamento. O estudo sobre a sustentabilidade do abastecimento de água rural na Província do Niassa de 2011, aponta questões como incapacidade técnica dos governos distritais e dos comités de gestão, inexistência de apoio externo e o inadequado modelo de gestão comunitária como causas da não sustentabilidade das fontes. O MOPH (2001) considera que a não operacionalidade ou o estado obsoleto das fontes de água, é essencialmente o resultado do fraco envolvimento das comunidades.

A gestão comunitária é questionada no contexto actual. Na óptica do International Water and Sanitation Centre (2012) o modelo de gestão comunitária dos serviços da água foi incentivado em muitos países com o intuito de proporcionar às comunidades um maior controlo e propriedade sobre os seus abastecimentos de água. Todavia, este modelo apresenta problemas tais como: Em muitos locais, a comunidade e, especialmente, o comité da água, acabam por ficar isolados logo que a infra-estrutura é instalada e os técnicos de implementação dos programas originais partem após o término das actividades dos programas.

O mesmo estudo indica ainda que em muitos casos, alguns dos princípios que fundamentam a gestão comunitária, como a coesão das comunidades, participação para o bem comum e responsabilidade informal de um comité da água, acabaram por ser mais idealistas que práticos.

Uma excessiva dependência de esquemas de gestão voluntária faz com que os membros dos comités não disponham das competências necessárias nem sejam suficientemente

responsabilizados. Sem apoio e monitoria, as capacidades técnicas, financeiras e de gestão são inadequadas o que, em última análise, provoca quebras no sistema e falhas no serviço (Idem).

O distrito de Maua conta com cerca de 102 comités de gestão de água. Trabalhos exploratórios realizados em parte destes comités permitiram observar que estes se debatem com fraquezas no seu funcionamento e por conseguinte na funcionalidade das fontes de água. Está constatação é reforçada pelo relatório de Monitoria de Pós-Implementação da WaterAid (2012). O mesmo indica que cerca de 37% dos comités constituídos não estavam funcionais e cerca de 21% funcionavam de forma parcial.

Assim, buscar factores explicativos sobre a problemática da provisão sustentável dos serviços de água e saneamento no contexto rural, partindo da análise sobre o aumento nominal do investimento em projectos de provisão dos serviços de água através de construção de furos de água e paradoxalmente a sua rápida degradação aliada a questões ligadas a gestão comunitária, levou-nos a problematizar a temática levantando a seguinte questão de partida: *De que modo os interesses dos membros dos comités de água e saneamento correspondem às expectativas da sua criação e por via disso garantir a provisão sustentável dos serviços de água?*

1.4 Objectivos

O trabalho tem como objectivo geral:

- Compreender a questão da sustentabilidade dos serviços de água através dos factores que motivam os actores sociais a nível comunitário a se engajarem ou não nos comités de gestão.

De forma específica o trabalho pretende:

- Descrever as lógicas e objectivos de criação dos comités de gestão de água;
- Captar as percepções locais sobre a sustentabilidade das infra-estruturas de água;
- Identificar as lógicas que levam as comunidades a envolverem-se nos comités de gestão de água;

- Identificar os benefícios dos membros por se filiarem aos comités, e;
- Identificar o papel dos membros dos comités na gestão das fontes de água com vista ao desenvolvimento comunitário.

1.5 Hipóteses

Em função dos objectivos da pesquisa foram formuladas duas hipóteses que foram sujeitas a confirmação com base na análise dos dados recolhidos no terreno:

H1: Há uma percepção por parte da comunidade de que o seu envolvimento nos comités de gestão de água poderá garantir-lhes uma fonte de obtenção de ganhos económicos e sociais (prestígio);

H2: Há uma fraca articulação entre a abordagem da participação comunitária na provisão de serviços e as lógicas e dinâmicas de funcionamento das comunidades locais.

2-METODOLOGIA

Com o propósito de alcançar o objectivo deste trabalho, que é o de compreender a questão da sustentabilidade dos serviços de água através dos factores que motivam os actores sociais ao nível comunitário a se engajarem ou não nos comités de gestão de água, apresentamos os procedimentos metodológicos que permitiram o alcance do objectivo proposto.

O presente trabalho, é principalmente um estudo empírico, cujas experiências se basearam no trabalho de campo realizado no Posto Administrativo de Maua-Sede, Distrito de Maua em Niassa sobre questões relacionadas com a sustentabilidade das infra-estruturas de água.

Assim, optamos por um método qualitativo, visto que os objectivos propostos neste trabalho têm um carácter qualitativo, na medida em que procuram “captar significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (MINAYO:1994).

Ao optar pelo método qualitativo, pretendíamos obter uma compreensão mais aprofundada e exaustiva sobre a problemática aqui levantada, procurando analisar o fenómeno da sustentabilidade a partir dos discursos, dos significados e das motivações dos actores sociais envolvidos nos comités de gestão, analisando-os como grupos sociais no contexto rural.

Este método foi acompanhado por uma análise bibliográfica de obras relacionados com o tema em análise e documentos oficiais do governo (Plano de Acção para a Redução da Pobreza - PARP), Programas, Políticas de Água, Relatórios, dados estatísticos e trabalhos de cunho académico que retratam a questão da sustentabilidade.

Procedimentos

Em termos de procedimentos optamos por um estudo de caso, que incidiu sobre 2 comités⁷ em duas comunidades distintas no Posto Administrativo de Maua-Sede, dos quais tomamos os

⁷ Ao se escolher 2 comités não havia nenhum interesse em fazer análises comparativas, mas sim estender a nossa base de análise uma vez que os comités analisados situam-se em comunidades com as mesmas características. Ademais o reduzido número de membros no primeiro comité escolhido incentivou-nos a ter que optar por um outro comité no sentido de ter um número relevante de respondentes. Assim sendo, dada a semelhança das características do grupo alvo ao optar por 2 comités em nada alterou a tendência dos resultados.

membros dos comités e utentes da fonte de água, que são os principais agentes, como objectos de análise. Assim sendo, procuramos seguir todos os passos que este procedimento preconiza nomeadamente a formulação do problema, a definição da unidade de análise, determinação do número de casos, elaboração dos instrumentos de recolha de dados, a recolha de dados, avaliação e análise dos dados e a produção do relatório.

Com a aplicação deste procedimento o nosso interesse não era formular teorias, mas sim aprofundar o nosso conhecimento sobre as motivações que levam os membros da comunidade a envolverem-se neste tipo de organizações sociais e por conseguinte a sua relação com a sustentabilidade das infra-estruturas de água.

Esta escolha fundamenta-se pelo facto de “o estudo de caso possibilitar a penetração em uma realidade social, não conseguida por um levantamento amostral e avaliação exclusivamente quantitativa” (MARTINS: 2006).

2.1. Trabalho de campo

A pesquisa, decorreu durante o mês de Março de 2015, este período mostrou-se satisfatório, uma vez que os níveis de precipitação que constituiriam o nosso principal obstáculo já registavam um abrandamento significativo, permitindo assim a transitabilidade até as comunidades (Mugoma e Muapula) localizadas no Posto Administrativo de Maua-Sede.

O grupo alvo foi constituído por membros dos comités de gestão de água e outros membros da comunidade com particular destaque para as mulheres sendo estas que geralmente desempenham o papel de providenciar água para o uso familiar.

Duma população nominal total de 24 membros dos 2 comités, foram entrevistadas 14 pessoas das quais 6 mulheres e 8 homens membros dos comités de água. Para captar a percepção da comunidade sobre o papel do comité para a garantia da sustentabilidade da fonte realizamos 2 grupos focais onde participaram 19 pessoas da comunidade e utentes das fontes de água dos quais 10 em Mugoma (6 homens e 4 mulheres) e 9 em Muapula (3 homens e 6 mulheres).

Tratando-se de um estudo eminentemente qualitativo o número de pessoas a entrevistar não se mostrou relevante para nós. Sob ponto de vista de efectividade de membros de cada comité, observou-se que um dos comités tinha 7 membros activos e noutra outro 6 membros.

Para a escolha das pessoas para as entrevistas, usamos a amostra não probabilística, isto é, os elementos que formaram a amostra relacionam-se intencionalmente de acordo com certas características que estabelecemos no plano da pesquisa. Embora não se tratasse de uma pesquisa quantitativa consideramos relevante estabelecer alguns critérios para determinar as características e número de pessoas a entrevistar nos comités visitados.

Assim, adoptamos três critérios para a selecção dos entrevistados: Primeiro, o facto de ser membro da comunidade onde foi realizado o estudo, com distinção entre membro e não membro do comité, pois estes nos puderam dar informações dos momentos que marcaram a vida do comité; Segundo, não pertencer a outros comités do género, pois assim teríamos a certeza de que estamos a falar do comité que constitui o nosso grupo alvo. E, por fim, ser utente da fonte de água em análise, pois assim, acreditamos que, para estes, possivelmente o comité poderá ter algum impacto na sua vida e na vida dos membros da sua família.

Para a recolha de dados, aplicamos a técnica de observação não participante e fizemos uso de entrevistas semi-estruturadas e grupos focais com base num guião que continha perguntas que retratavam, de uma forma geral, aspectos ligados ao comité e a problemática da sustentabilidade. Os guiões foram dirigidos a membros da comunidade a fim de colher informações sobre aspectos considerados relevantes para a compreensão da problemática aqui levantada.

Optámos pela técnica das entrevistas pois elas permitiram explorar as questões que foram colocadas possibilitando a liberdade dos entrevistados em desenvolver cada situação, em qualquer direcção que consideraram adequada.

Fez-se um contacto de preparação da pesquisa com as autoridades administrativas locais e os líderes comunitários no sentido de obter autorização para a realização da pesquisa e também como informantes chave. Para obter os dados gerais sobre a situação da água no Distrito, conduzimos uma entrevista às autoridades distritais na pessoa do Director dos Serviços Distritais

de Planeamento e Infra-estruturas e ao nível local foram realizadas entrevistas com as lideranças locais das duas comunidades (Muapula e Mugoma) onde foi conduzida a pesquisa.

Ao nível central (DNA), conduzimos uma entrevista com os representantes do departamento de Água e Saneamento, nestas entrevistas interessava-nos obter informações sobre as políticas e a génese da instituição dos comités de gestão de água como actores relevantes na implementação de projectos de água nas comunidades rurais.

De modo a facilitar a comunicação entre o pesquisador e o grupo alvo e também como forma de garantir a captação de todo tipo de informação dos nossos entrevistados optamos por trabalhar com um residente local que apoiou tanto na localização das comunidades assim como na tradução das entrevistas de mácuá para português e vice-versa. Estabelecemos 4 critérios para a escolha do tradutor nomeadamente: 1-Ser residente no Distrito de Maua, 2- falar fluentemente a língua portuguesa e Macua e gozar de boa reputação no Distrito; e 4 comprometer-se a traduzir fielmente e sem interpretar os discursos dos entrevistados.

2.2. Aspectos éticos

Os aspectos éticos sempre acompanharam todo o processo de pesquisa no sentido de salvaguardar a identidade dos informantes e a confidencialidade dos dados. Nesta óptica, os entrevistados não eram obrigados a revelar a sua identidade, pese embora tenha havido casos em que por sua livre vontade os mesmos preferiram dizer o seu nome. Porém, as suas declarações em nenhum momento foram relacionadas com a sua identidade, pelo que os nomes mencionados nos depoimentos dos membros dos comités entrevistados ao longo do trabalho são fictícios.

Para salvaguardar questões éticas os entrevistados foram solicitados a assinarem um compromisso de ética previamente explicado na língua de preferência do entrevistado (Mácuá). Os respondentes foram explicados com detalhes os objectivos do estudo e que a sua participação na pesquisa era da sua livre e espontânea vontade, podendo rejeitar qualquer questão que considerassem não conveniente em responder. As estruturas distritais disponibilizaram um técnico que apoiou-nos na informação prévia às autoridades das comunidades locais e os membros dos comités de água.

Validação dos instrumentos

Pese embora tratando-se de uma pesquisa qualitativa com recurso a um guião de perguntas a ser aplicado ao grupo alvo, que permite a colocação de questões não previstas em função das respostas dadas pelo entrevistado, consideramos relevante o pré-teste e validação do guião. Assim sendo, dois procedimentos foram tomados em consideração para a validação do guião.

Primeiro, a discussão do conteúdo do guião com o supervisor da dissertação e segundo a aplicação do guião em uma das comunidades (Bairro 3) do posto Administrativo de Maua-Sede a título experimental. Este processo permitiu um ajuste do instrumento de acordo com os comentários do supervisor e as observações do terreno.

2.3. Análise dos dados

Sendo um estudo eminentemente qualitativo, a mesma consistiu na transcrição das entrevistas individuais e dos grupos focais, agrupamento dos dados em função de cada questão feita ao grupo alvo, descrição e análise dos dados em uma síntese narrativa. Na análise procuramos buscar significados em contextos social e culturalmente específicos, procuramos compreender os fenómenos a partir das perspectivas dos participantes e, finalmente maior enfoque foi dado a generalizações das respostas tendo em conta o contexto em análise.

2.4. Constrangimentos

Tratando-se duma pesquisa conduzida em contexto rural duma comunidade da qual não dominamos a língua, o primeiro constrangimento foi a comunicação, pese embora tenhamos tomado o cuidado de contratar um tradutor. Um outro constrangimento de realce foi o facto de algumas entrevistas conduzidas aos membros dos comités (mulheres) estarem sempre acompanhadas dos seus parceiros o que de certa forma poderá ter limitado a apresentação das ideias das entrevistadas. Tal atitude possivelmente tenha ocorrido temendo algumas sanções dos seus parceiros, uma vez que alguns deles são membros dos comités e a ocuparem posições relevantes.

3-REVISÃO DA LITERATURA

A discussão sobre a sustentabilidade não é um assunto novo e nem começa a ser discutido a volta dos sistemas de abastecimento de água. É um conceito cujo ponto alto da discussão remota dos anos 1987 aquando da realização da conferência internacional sobre o desenvolvimento sustentável numa perspectiva de gestão dos recursos naturais. O conceito de sustentabilidade tornou-se importante pela necessidade de chamar atenção numa escala global sobre os impactos do desenvolvimento das actividades económicas.

Nesta ordem, o relatório da Comissão de Brundtland (1987) considerou que um desenvolvimento sustentável deve assegurar a satisfação das necessidades do presente sem comprometer as gerações vindouras, ou seja que as gerações futuras também consigam satisfazer as suas necessidades (COURT: 1990).

O conceito de desenvolvimento sustentável neste período era visto numa perspectiva de gestão, ou seja, a gestão dos recursos de modo a assegurar que elas permaneçam para gerações futuras. Na óptica de LOUCKS e GLADWELL (1999), hoje o conceito de desenvolvimento sustentável refere-se ao processo pelo qual a economia, o ambiente e o ecossistema de uma determinada região desenvolvem em harmonia e no sentido em que irá desenvolver-se ao longo dos tempos.

O facto é que pese embora a história sobre a discussão da questão da sustentabilidade ambiental tenha sido marcada pela realização de várias conferências (conferência de Estocolmo em 1972, a conferência de Brundtland em 1987, a conferência do Rio em 1992, a conferência de Johannesburg em 2002.), o problema da sustentabilidade dos recursos continua sendo um desafio a todos os níveis e processos de desenvolvimento, dentre eles a sustentabilidade das fontes de água não vista somente numa perspectiva de má gestão, mas também como consequência das mudanças climáticas.

O desenvolvimento e a gestão dos sistemas de fonte de água são chave para o desenvolvimento sustentável. LOUCKS e GLADWELL (1999) consideram que o desenvolvimento sustentável não pode ter sucesso sem que os sistemas de fontes de água sejam sustentáveis para apoiar tal desenvolvimento.

Sobre a temática em análise, a discussão sobre a sustentabilidade dos serviços de abastecimento de água às populações em contexto rural tem sido alvo de muitos debates nos meandros académicos e ao nível das organizações não-governamentais que implementam projectos nesta área. Porém, o facto é que muitos dos debates e relatórios das avaliações dos projectos tem tendência a remeter o assunto para um campo mais técnico no sentido de capacidade técnica das comunidades para manter os sistemas funcionais.

Há também uma tendência de se conduzir os debates ao nível financeiro no sentido de que os projectos financiados por organizações não-governamentais tem fraca sustentabilidade, pois a garantia da sua funcionalidade depende da permanência do doador ou implementador do projecto no lugar. A estes factores associam-se causas como políticas e legislação inapropriadas, insuficiência de apoio institucional e sistemas ineficazes de gestão.

Estudos como as de GEBREHIWOT (2006) citados por BEYENE (2010) consideram a existência de dois factores determinantes da sustentabilidade dos sistemas de água em zonas rurais que se caracterizam em duas categorias que são: os factores de pré-intervenção que compreendem a participação comunitária, escolha das tecnologias, escolha do local, qualidade das construções, a população e os treinamentos e os factores de pós-intervenção que englobam o apoio técnico, a satisfação da comunidade, gestão institucional e financeira.

A abordagem de participação comunitária nos últimos tempos tem se mostrado incontornável quando falamos da sustentabilidade dos projectos rurais. Esta abordagem argumenta que para que as acções tenham impacto para as populações é preciso que estas sejam envolvidas em todo o processo de implementação de um projecto, isto é, desde a concepção, planificação e execução. Para o caso da provisão de água em zonas rurais, torna-se igualmente incontornável o envolvimento dos beneficiários na planificação, implementação, operação, protecção dos sistemas.

A abordagem de participação comunitária na componente de água está extremamente ligada a questão de gestão comunitária das fontes de água o que interessa o nosso estudo. A gestão comunitária implica participação, tomada de decisão, sentido de pertença e partilha de custos. A

abordagem de gestão comunitária apresenta benefícios e tende a resultar na melhor performance das infra-estruturas de água as quais podem beneficiar grande parte da população.

Pese embora existam bons exemplos de gestão comunitária ainda existe problemas em manter os serviços sustentáveis por muito tempo e é agora aceite que o modelo apresenta as suas limitações (LOCKHOOD: 2004).

LOCKHOOD (2004) argumenta ainda que é reconhecido que a maioria da comunidade não consegue garantir a manutenção dos sistemas por si só, e estes requerem algum apoio externo para assistência por longo tempo, e parte da solução tem sido o envolvimento de organizações não-governamentais, sector privado, governo local e provincial e ou associações de apoio.

Em geral o apoio externo de que LOCKHOOD (2004) fala está estritamente relacionada com a provisão de recursos financeiros para acções de monitoria e manutenção das fontes, ou seja para além de financiar a construção da infra-estrutura, o doador deve garantir por algum tempo fundos para a manutenção e gestão, seja por via da comunidade local, seja por via de organizações não-governamentais e instituições públicas.

Na óptica do autor supra citado, há três objectivos essenciais na gestão comunitária nomeadamente:

1-Empoderamento: para muitas organizações, e particularmente as ONGs comunitárias, um dos propósitos da gestão comunitária é o empondenramento e o crescimento próprio. Os projectos de água são frequentemente vistos como um ponto de entrada para o desenvolvimento das capacidades em geral.

2-Eficiência: A gestão Comunitária também serve como uma função útil e é vista como uma forma de incrementar a eficiência dos serviços providenciados. Ao aproveitar os recursos literais de milhões de comunidades ao redor do mundo através do uso das capacidades humana, tempo, materiais e recursos financeiros até muito longe;

3- Sustentabilidade: A finalidade da gestão comunitária é de garantir a sustentabilidade dos serviços de água. O principal argumento neste caso é que estando no controle dos processos de

provisão dos serviços, as comunidades terão o interesse em ver os serviços e os seus benefícios contínuos e indeterminados.

Nas abordagens de participação comunitária é preciso que se garanta que as populações estejam efectivamente envolvidas em todo o processo. Porém, este envolvimento implica que as comunidades locais tenham capacidade e possibilidade de participar e nisto as organizações não-Governamentais tem jogado um papel muito importante.

O envolvimento das organizações não governamentais na gestão comunitária das fontes de água tem se revelado importante no emponderamento das comunidades. Na óptica de LOCKHOOD (2004), as Organizações não- Governamentais tem se constituído como a voz da comunidade e que em muitos países constituem um provedor paralelo de serviços e neste sentido uma forma de governo paralelo

No entanto, a margem de abordagens que dão ênfase a questões técnicas, financiamento e de modelos de participação comunitária, ABRAMS (2000) apresenta uma abordagem mais complexa da sustentabilidade. Na sua óptica, a sustentabilidade das infra-estruturas de água é influenciada por 6 factores nomeadamente: 1-Questões técnicas, 2-factores sociais, 3-elementos financeiros, 4- O ambiente, 5-género, equidade e emponderamento e finalmente 6-arranjos institucionais.

Na mesma tendência, LOUCKS e GLADWELL (1999) defendem uma visão holística da sustentabilidade das fontes de água, o seu argumento assenta no facto de que os sistemas de fontes de água devem ser considerados como sendo parte de um sistema social em mudança, que a interacção entre o sistema social e ambiental deve ser considerada como parte essencial da questão da sustentabilidade.

Em Moçambique há poucos estudos científicos sobre a problemática da sustentabilidade das fontes de água e a informação disponível é resultado de trabalhos de avaliação e monitoria dos projectos sociais de provisão dos serviços de água. Porém, há a realçar que os poucos estudos existentes sobre a questão da sustentabilidade das infra-estruturas de água em Moçambique revelam que este problema está associado a vários factores dos quais já mencionamos.

O estudo realizado por JANSZ (2011) sobre a sustentabilidade do abastecimento de água rural na Província do Niassa, aponta questões como capacidade técnica dos governos distritais e dos comités de gestão, apoio externo, a forma de implementação da política de águas e o modelo de gestão comunitária como causas da não sustentabilidade das fontes.

A questão de gestão comunitária como um dos factores da insustentabilidade das infra-estruturas de água é resgatada por UANDELA (2012), ao considerar que a gestão dos sistemas de abastecimento de água ao nível local continua a ser problemática e coloca a capacidade técnica dos principais actores neste processo como sendo insuficiente e nem possibilita o desenvolvimento de sinergias com estrutura de suporte ao nível mais alto, ligada a esta questão está também a incapacidade de reforço mútuo entre as instituições.

Na sua óptica, a gestão centralizada dos serviços de abastecimento de água seria uma solução para os problemas com que este sector se debate dentre eles a questão da sustentabilidade, pese embora apresente algumas reservas sobre este modelo no que respeita ao risco do processo de centralização em marginalizar os governos locais.

De acordo com UANDELA (2012) ao se enveredar pela via de gestão descentralizada dos serviços de abastecimento de água há também o risco de uma maior marginalização dos pobres, no sentido em que os projectos de água terão a tendência de serem direccionados para as pessoas mais ricas que podem garantir o retorno.

Numa análise sobre reformas no sector de Águas em Moçambique, FORQUILHA (2013), considera que a questão da sustentabilidade das fontes de água está estritamente ligada a sustentabilidade dos comités de gestão de água, mostrando deste modo o quão o factor humano é relevante na sustentabilidade das fontes.

A busca desenfreada para a compreensão da questão da fraca sustentabilidade dos sistemas de abastecimento de água rural, levou a DNA através do departamento de Água e Saneamento a realizar vários estudos a nível nacional. No total foram realizados 4 estudos em igual número de Distritos nas zonas Sul e Centro nomeadamente Inharrime, Muxúngue, Mogovolas e Changara em 2012.

Os estudos do MOPH (2012) revelaram que há 5 factores que devem ser considerados para a sustentabilidade das fontes dispersas nomeadamente: Factores Institucionais, Técnicos, Económicos, de Gestão, Ambientais e Factores Sociais. Os factores sociais que são os que nos interessam neste estudo são descritos como sendo a forma como os indivíduos se relacionam entre si e entre estes com os seus líderes para a condução do bem comum, destacando o papel desempenhado pelos líderes comunitários na gestão comunitária e na manutenção da ordem.

De acordo com CARTER (2016) os factores sociais podem nos sugerir uma dimensão mais qualitativa de análise da sustentabilidade e deste modo fornecer mais informação do que os indicadores quantitativos descritos através de dados sobre as diferentes tecnologias, a questão financeira e o número das fontes funcionais ou não, as fontes abandonadas e o tempo de funcionamento.

4-QUADRO TEÓRICO E CONCEPTUAL

4.1. Abordagem Teórica

Na perspectiva de compreender as motivações dos membros da comunidade ao se envolverem ou não na gestão dos comités de água, usamos como base teórica a teoria sociológica dos grupos, a lógica da acção colectiva formulada por MANCUR OLSON.

Na óptica de OLSON (1998), os grupos são como um conjunto de indivíduos, empresas ou nações que tem interesses comuns. A unidade base de análise é o indivíduo que se assume ser racional, no sentido em que escolhe acções adequadas para alcançar os seus objectivos. Nesta lógica, para salvaguardar tais fins os indivíduos se organizam e formam grupos. Porém, o facto é que os integrantes desses grupos agem de forma individual e em função dos seus interesses pessoais.

De acordo com OLSON (1998), a visão de que os grupos agem para servir os seus interesses, presumivelmente, é com base no pressuposto de que os indivíduos em grupos agem fora de interesses pessoais. Por exemplo, se os indivíduos de um grupo altruísta desconsiderassem seu bem-estar pessoal, não seria muito provável que colectivamente eles fossem buscar algum objectivo comum ou grupo egoísta.

OLSON (1998) argumenta ainda que tal altruísmo é no entanto considerado excepcional e o comportamento auto-interessado geralmente é pensado para ser a regra. Porém, quando questões económicas estão em jogo, ninguém se surpreende quando indivíduos vão buscar maiores lucros, quando os trabalhadores individuais buscam salários mais altos, ou quando os consumidores individuais procuram preços mais baixos.

Na sua análise o autor tenta mostrar que, mesmo se todos os indivíduos de um grande grupo forem racionais e auto-interessados, e tiverem consciência de que ganhariam como um grupo, eles se agissem para alcançar o interesse comum ou objectivo do grupo, eles não actuariam voluntariamente para alcançar esse interesse comum ou do grupo.

Se os membros de um grande grupo racionalmente procuram maximizar seu bem-estar pessoal, eles não vão agir para fazer avançar o objectivo comum ou objectivos do grupo, a menos que haja coerção para forçá-los a fazê-lo, ou a menos que algum incentivo separado, distinto da realização do interesse comum ou grupo, é oferecido para os membros do grupo individualmente com a condição de que eles ajudam a suportar os custos ou encargos envolvidos na realização dos objectivos do grupo.

De acordo com OLSON (1998) para além de racionais, os indivíduos são também egoístas, no sentido em que com os objectivos a alcançar com a acção colectiva são essencialmente de modo a melhorar o seu bem-estar individual, ou seja, que a nível de grupos económicos, o comportamento egoísta é bastante comum.

À luz desta teoria, pudemos compreender que os membros dos comités, mais do que se organizarem e ou se filiarem ao comité como um grupo com o mesmo objectivo de garantir a sustentabilidade da fonte de água de modo que este recurso se torne acessível por mais tempo na comunidade, garantir a manutenção e limpeza da fonte, se filiam por motivações meramente individuais com objectivos e motivos diferenciados, ou seja que os interesses dos membros nem sempre coincidem quando eles se envolvem em acções “colectivas” das quais no presente trabalho destacamos o comité.

Porém, interessou-nos na teoria de OLSON (1998), a análise do comité não como um grupo homogéneo, como aparentemente pode-se mostrar numa análise superficial do grupo, mas sim como um grupo social formado por pessoas com interesses individuais e diversificados sejam eles económicos ou não.

Ao nos socorrermos desta teoria pretendíamos mostrar que o comité de água não pode ser visto numa perspectiva de uma organização ou associação de carácter voluntário onde os seus membros se filiam por motivos altruístas ou com características primitivas de associação, em que os valores e a coesão do grupo são mais expressivos.

OLSON (1998), mostra que este tipo de grupos com características primitivas de associação já se extinguiu ou se transformara em grandes associações voluntárias. Porém, a questão que se coloca é como é que os membros destas associações de carácter voluntária são recrutados, isto se assumirmos o comité de gestão como um grupo ou associação de pessoas voluntárias com o objectivo de mater funcional a fonte de água? A outra questão associada é que benefícios terão os membros do grupo ou associação por se filiarem?

Sobre incentivos OLSON (2002), enfatiza a existência de incentivos que podem atrair as pessoas a se associarem a um grupo. Numa perspectiva social os incentivos podem ser prestígio, respeito, amizade entre outros incentivos sociais e psicológicos, assim como os incentivos podem ser de ordem económica.

Porém, a possibilidade de que num caso em que não houve incentivo económico para que um indivíduo contribua para a realização de um interesse do grupo, não requer, contudo, que haja um incentivo social para que ele faça tal contribuição. O autor menciona na sua obra a existência de estudos que fazem referência a outro tipo de incentivos sejam eles incentivos eróticos, incentivos morais, psicológicos e outros.

Deste modo, afirmamos que este projecto tem o referencial teórico de explicação do seu problema, enquadrado nos traços da perspectiva de OLSON (1998) que da sua análise podemos entender o comité de gestão como um grupo social formado por indivíduos com uma lógica do grupo e individual para se associarem na expectativa de obter algum benefício, seja ele de carácter económico, social ou moral.

Não podendo explicar questões sobre sustentabilidade das fontes de água, esta perspectiva teórica far-se-á acompanhar da perspectiva de ABRAMS (2000).

A perspectiva de ABRAMS (2000), para além de nos dar o conceito de sustentabilidade, ela possibilitou explicar os vários factores que influenciam na sustentabilidade das fontes de água que vão para além dos factores técnicos sobre o funcionamento, assim como os papéis e responsabilidades de todos os interessados envolvidos na provisão dos serviços.

4.2. Conceitos

Neste subcapítulo pretendemos apresentar e definir os 3 principais conceitos que norteiam este estudo nomeadamente: Sustentabilidade, Comité de gestão de água e comunidade.

Sustentabilidade:

É um conceito complexo e não se encontra uma só definição na área de desenvolvimento uma vez que o mesmo é discutido em várias esferas das ciências e no dia-a-dia das pessoas, fala-se de sustentabilidade ambiental, fala-se de sustentabilidade financeira. Porém, para a área que interessa neste trabalho que é a sustentabilidade no acesso a água, partimos da abordagem de ABRAMS (2000) que define sustentabilidade como sendo a continuidade na disponibilização dos serviços de água em quantidade e qualidade para um período pelo qual o sistema foi concebido.

Segundo ABRAMS (2000) para que tal suceda, é preciso que certos elementos estejam disponíveis, é preciso que haja dinheiro para as despesas de funcionamento e para algumas reparações, é preciso que haja uma aceitação dos consumidores pelos serviços fornecidos, a fonte deve ser adequada, o desenho deve ter sido bem concebido. Estes elementos devem incluir os seguintes factores: aspectos técnicos, factores sociais, elementos financeiros, o ambiente, considerados aspectos de género e equidade e emponderamento e arranjos institucionais.

Inspirado na abordagem de ABRAMS (2000), CARTER (2010) considera sustentabilidade como sendo uma situação em que as instalações de água, saneamento e as boas práticas continuam a funcionar com o passar do tempo ou não, isto é, a sustentabilidade é a mudança benéfica permanente nos serviços de água e saneamento e nas práticas de higiene.

Numa perspectiva de comparar a sustentabilidade com a funcionalidade das fontes, CARTER (2016) propõe 3 dimensões para entender a sustentabilidade, nomeadamente: as dimensões ambientais, social e cultural e a dimensão institucional e de governação. Este conceito torna-se abrangente e facilmente enquadra-se na problemática levantada, pois, olha a sustentabilidade não

somente numa perspectiva de funcionamento das fontes, uma vez que elas podem ser funcionais hoje, mas não o ser amanhã, mas numa perspectiva de encrustamento entre as 3 dimensões.

Comité de gestão de água

Um comité usualmente consiste em os membros da comunidade tomarem responsabilidade sobre várias actividades numa base voluntaria. De acordo com UCKROW e STEPHAN (2012), as tarefas de um comité de gestão de água e saneamento podem ser divididas em gestão social, gestão técnica e gestão financeira.

UCKROW e STEPHAN (2012) consideram que em termos de composição, o tamanho de um comité pode variar de acordo com o tamanho da infra-estrutura. A estrutura do comité deve estar composta por presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro. Há ainda 2 pessoas responsáveis pela promoção de saúde e higiene e 2 pessoas de apoio técnico.

Os membros de um comité devem ser designados por eleição ou escolhidos pela comunidade e também pela combinação das duas formas. A idade, o status, o estado de maturidade, as capacidades e qualificações dos membros da comunidade devem estar alinhadas com as suas respectivas posições. Mais ainda, é imperativo que antes da sua designação haja clareza em relação as tarefas e responsabilidades dos membros do comité (Idem).

Um factor de realce nesta definição trazida pelos autores é que um comité de gestão de água e saneamento para que funcione devidamente e vá do encontro com as necessidades da comunidade, é preciso que ele considere e represente todos os segmentos da comunidade nomeadamente pobres ou ricos, homens e mulheres, grupos desfavorecidos e vulneráveis. O comité deve garantir que as suas perspectivas e necessidades são inclusas no processo de tomada de decisão.

De acordo com UCKROW e STEPHAN (2012), o comité de gestão de água é um grupo de indivíduos que representam os usuários de uma fonte de água numa certa área. Este comité é eleito pelos usuários ou comunidade para realizarem actividades de gestão de infra-estruturas de

água para o benefício mútuo da comunidade, operador e autoridades locais. As actividades realizadas pelo comité devem ser numa base voluntária.

A seguir são listadas as funções e responsabilidades dos membros dos comités de gestão de água e saneamento. Sobre a lista de responsabilidades UCKROW e STEPHAN (2012), chamam atenção ao facto da lista não ser uniforme podendo ser diferente em função do contexto.

Tabela 3: Estrutura e Responsabilidade dos membros do comité de Água, Saneamento e Higiene

Presidente	<ul style="list-style-type: none">• Convoca os membros par as reuniões• Em coordenação com os outros membros organizam a agenda do encontro• Preside os encontros e assembleias• Coordena e faz a supervisão das actividades sob responsabilidades dos membros• Assina juntamente com o secretário todos os documentos relacionados com o projecto• Assina juntamente com o secretário todas as transacções financeiras• Representa os membros do comité em actividades públicas• Autoriza juntamente com o secretário todas as actividades e compras relacionadas com o projecto e faz os relatórios regulares para a comunidade• Assegura o cumprimento das regras e acordos internos com os membros,• Ser simpático com os outros membros e dando lhes oportunidade para se expressarem,• Encontrar respostas em relação a: o que fazer? Quando fazer? Onde e como deve ser feito? Quem e com o que deve fazer?• Convocar e preparar o encontro anual,
------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> • Preparar a eleição anual dos membros com comité
Vice-presidente	<ul style="list-style-type: none"> • Assistir o presidente as suas funções, • Apoiar na preparação da agenda para os encontros, • Facilitar as discussões dos temas dos encontros, • Assumir as responsabilidades do presidente quando este estiver ausente, • Facilitar e apoiar na busca de respostas para as perguntas: o que fazer? Quando fazer? Onde e como deve ser feito? Quem e com o que deve fazer?
Secretário	<ul style="list-style-type: none"> • Preparar juntamente com o presidente a agenda dos encontros, • Juntamente com o presidente convocar a assembleia-geral, • Escrever as minutas dos encontros, • Preencher todos os documentos relacionados com o comité e assembleia tais como as requisições, certificações, licenças, cartas etc., • Responder todos os documentos quando necessário, • Registrar todas as correspondências, documentos e minutas, • Apoiar em outras tarefas do secretariado
Vice-secretário	<ul style="list-style-type: none"> • Assistir o secretário nas suas funções, • Assumir as responsabilidades do secretário em casos de ausência
Tesoureiro	<ul style="list-style-type: none"> • Colecta de fundos, contribuições e outros rendimentos e dar os recibos ao dinheiro recebido, • Controlo financeiro, • Ter custódia de todos fundos e propriedades do projecto, dividindo responsabilidade com o presidente e secretario,

	<ul style="list-style-type: none">• Responsável pela conta e gerir o livro de receitas,• Manter os fundos disponíveis para implementar as actividades e gerir o dinheiro de funcionamento,• Preencher todos documentos da conta tais como cheques, facturas e recibos,• Participar das compras quando necessário,• Produzir relatórios financeiros e apresentar aos membros do comité e a comunidade,• Juntamente com o presidente assinar todas as transacções financeiras,• Preparar os relatórios financeiros numa base mensal e apresentar as autoridades locais sempre que necessário
Promotores de Saúde e Higiene	<ul style="list-style-type: none">• Visitas domiciliárias regulares aos membros da comunidade,• Nas escolas: sensibilizar os estudantes para melhorarem a higiene pessoal,• Conduzir programas de sensibilização com apoio das autoridades locais,• Reportar sobre as actividades de higiene
Pessoal de apoio técnico (pelo menos 2)	<ul style="list-style-type: none">• Operar os sistemas de água, saneamento higiene (Ex. Bomba de água),• Fazer reparações pequenas,• Garantir que as grandes reparações foram feitas (contactar autoridades locais, garantir transporte etc.),• Reportar sobre as actividades de operação e manutenção,

Fonte: UCKROW e STEPHAN (2012)

Comunidade:

WEBER (1984) citado por ROCHER (1989) define *comunidade* partindo da diferença desta com a sociedade. Assim, considera *sociedade* a uma relação social quando e na medida em que a atitude na acção social se inspira numa compensação de interesses por motivos racionais (de fins ou de valores) ou, também, numa união de interesses com igual motivação, enquanto *comunidade* diz respeito a uma relação social se e na medida em que a atitude na acção social se inspira na vontade subjectiva (afectiva ou tradicional) dos participantes de construir um todo.

Deste modo, enquanto a pertença à sociedade, ou associação, assenta numa partilha de interesses, marcada por uma vontade orientada por motivos racionais, já a comunidade é entendida como um grupo a que se pertence por aceitação de valores afectivos, emotivos ou tradicionais.

Na óptica de ROCHER (1989), a comunidade é formada por pessoas unidas por laços naturais ou espontâneos assim como por objectivos comuns que transcendem os interesses particulares de cada indivíduo. Um sentimento de pertença à mesma colectividade domina o pensamento e as acções das pessoas, assegurando a cooperação de cada membro e a unidade ou a união do grupo. A comunidade é pois um todo orgânico no seio do qual a vida e o interesse dos membros se identificam com a vida e o interesse do conjunto.

Sobre o conceito de comunidade, CHAMBERS (1997) chama atenção as entidades fora da comunidade no sentido de ver a comunidade não como uma unidade homogénea, pois na sua óptica dentro da comunidade há diversificação de actores e interesses nomeadamente diferentes faixas etárias, género, grupos sociais e étnicos, pobres e vulneráveis, pelo que olhando para estas diferenças não se pode esperar que haja consensos dentro da comunidade.

Para ABRAMS (2000) a comunidade não pode ser vista como sendo uma ilha isolada, há uma série de interconexões entre comunidades rurais e a sociedade na sua amplitude através de vários mecanismos tais como migrações laborais, a influência do contexto urbano, sistemas de educação e saúde, comunicações modernas, média.

Desta breve discussão sobre o conceito de comunidade, para o presente trabalho concebemos comunidade como grupo de pessoas residentes num determinado espaço geográfico, caracterizado por laços comuns, valores afectivos e formas de relacionamento específicos que dão um sentido de pertença a uma colectividade. Porém, esta comunidade não pode ser vista como sendo de consenso em detrimento dos vários e diferentes actores que nela interagem.

5-APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

5.1 Perfil Social e Económico do Grupo Alvo

Quando uma pesquisa incide sobre um grupo social, torna-se incontornável o conhecimento da situação social e económica do mesmo. O seu conhecimento permite-nos responder a pergunta sobre qual a influência que estes factores e outros podem ter para o comportamento das pessoas e de um grupo?

Para captar o perfil dos entrevistados tomamos em consideração as seguintes variáveis: Idade, Sexo, Nível de escolaridade, Estado Civil, Fonte de renda e Profissão. Assim sendo, os dados recolhidos indicaram que quanto a variável renda, as pessoas entrevistadas dependem do trabalho na machamba como sua principal actividade económica e de geração de renda, somente um dos entrevistados afirmou ter um emprego formal.

Estes dados podem-nos levar a uma generalização de que a priori as pessoas entrevistadas em termos de disponibilidade estariam pré dispostas a se engajarem activamente nas actividades de gestão dos comités com excepção dos que possuem empregos formais, dada a sua flexibilidade de estabelecer horários e a sua disponibilidade em momentos em que o trabalho nas machambas é menos intenso.

Em termos de escolaridade, a maioria afirmou possuir nível primário, somente 2 pessoas afirmaram ter concluído o nível básico. Porém, o nível de escolaridade não é considerado relevante para se ser membro do comité. O nível de escolaridade é uma variável relevante para nós, pois uma das tarefas dos membros é fazer a gestão dos fundos resultantes das contribuições dos utentes, pelo que com o nível de escolarização as pessoas estariam preparadas para a gestão de fundos, assim consideramo-la relevante mesmo não sendo por parte do comité.

Todas as pessoas entrevistadas são casadas e chefes de agregado familiar, com uma média de 6 filhos por pessoa. A idade mínima dos entrevistados é de 21 anos e a idade máxima é de 71 anos, existindo uma tendência da maioria dos membros do comité estar na faixa de 21 a 40 anos de idade. O facto de serem pessoas economicamente activas e serem membros dos comités pode nos

levar a inferir que o comité seja uma alternativa de ocupação num contexto dominado pela ausência de emprego formal, sem com isto descorar que a idade é um factor de confiança para o exercício de uma certa actividade sobretudo em contextos rurais.

5.2 Objectivos da constituição do comité

O processo de estabelecimento dos comités de gestão das fontes de água no Posto Administrativo de Maua-Sede, remota dos meados da década de 2004, período em que os comités tomados como base de análise foram constituídos. A criação dos comités no Posto Administrativo de Maua Sede vem responder a necessidade de descentralização da gestão das infra-estruturas de abastecimento de água nas zonas rural preconizada pelo MIPAR.

Dada a necessidade de resposta aos preceitos da descentralização aliada a incapacidade humana por parte dos Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas para a gestão e monitoria permanente das fontes dispersas, são instituídos os comités como actores descentralizados para gerirem as fontes de água, e assim constituem-se como parte da solução para as avarias das bombas que se verificavam ao nível das zonas rurais.

Sobre os objectivos da criação dos comités no Posto Administrativo de Maua-Sede, há duas ideias divergentes no seio dos membros, por um lado há um grupo que afirma não ter recebido nenhuma explicação sobre o porquê da criação do comité, pelo que não sabia o objectivo da criação do comité e o outro grupo que afirmou ter conhecimento sobre os objectivos da criação do comité que consistia em ter um grupo de pessoas para velar pela fonte.

Dos membros que afirmaram ter conhecimento dos objectivos da criação do comité houve uma tendência de aliar o objectivo do comité como um grupo cuja função é fazer a manutenção da fonte em casos de avaria, fazer limpeza da mesma e também fazer cobranças monetárias aos utentes da principal infra-estrutura que une o grupo que é a fonte de água. Os depoimentos que se seguem evidenciam este facto.

...A criação deste comité é para velar para a própria fonte ver qual é o serviço qual é o funcionamento da própria fonte e quais são os mecanismos da própria fonte, nos

membros somos responsáveis perante a população em cima do furo de água...» Afirmou o Sr. João Cebola em entrevista no dia 26 de Março de 2015.

«..... A existência deste comité era para facilitar os encontros para tratar assuntos....para reunir a comunidade em geral e falar do processo que está em falta naquele poço sobre contribuições e o resto.....» Afirmou a Sra. Marta Cana em entrevista no dia 26 de Março de 2015.

«.....Era para facilitar os serviços de avarias, ... quando vierem as brigadas de alto nível para nos encontrar ouvir qual a dificuldade que estávamos a encarar nesse poço e como assim quando avaria devíamos sair para lá no ADECO⁸, informar que nós temos problemas e eles nos diziam que devíamos comprar peças com um determinado valor, quando tivéssemos esse dinheiro devíamos sentar nós que éramos do comité e quando tivéssemos deviam ir lá comprar....» Considerou o Sr. João Alface em entrevista no dia 26 de Março de 2015.

Ora aliar os objectivos da criação do comité a questões financeiras pode ser um dos motivos de envolvimento das pessoas ao comité no sentido de ganhar algum dividendo. O comité em parte deixa de funcionar plenamente quando a fonte começa a registar avarias, os seus membros começam a enfraquecer-se, reduz a motivação. Esta motivação as vezes está aliada ao não exercício de funções. Ex. cobrança de valores aos usuários, em casos em que os membros da comunidade contribuem. Porém, este é um assunto que abordaremos mais adiante.

O MIPAR preconiza a existência de 3 grupos na constituição dos comités nomeadamente o Grupo de Gestão, O grupo de Manutenção e o Grupo de Saúde e higiene, todos com papeis distintos dentro do comité, pelo que os comités analisados procuraram responder a esta estrutura, embora enfraquecida devido ao abandono de alguns membros que compunham estes grupos.

Os dados revelaram igualmente que o comité é constituído com o objectivo de resolver alguns problemas verificados no passado no processo de gestão da fonte de água, concretamente a não existência de uma entidade com o papel de encaminhar os problemas de avaria a instituição que ao nível do distrito deve fazer a reparação da fonte.

⁸ ADECO é a Associação para o Desenvolvimento Comunitário baseada em Maua. A Associação trabalha em parceria com o Governo do Distrito e uma ONG internacional (WaterAid) na promoção das boas práticas de saneamento e Higiene e para a mobilização das comunidades para se organizarem em comités de gestão de água.

O depoimento que se segue ilustra a percepção que alguns dos nossos entrevistados tem sobre os objectivos que ditaram a criação do comité de água em Maua-Sede.

«.....Posso dizer que se criou o comité porque estava a se ver que nos tempos antes da criação dos comités as comissões não estavam a funcionar era normal avariar uma fonte e tivermos dificuldades como encaminhar ao distrito então quando se criou essa comissão e quando se pensou que devia ser uma pessoa para ser presidente para quando tivermos casos de danos encaminharmos a ele e por sua vez ele encaminhar ao distrito.....» Afirmou João Cacana em entrevista no dia 27 de Março de 2016.

Nesta óptica, o comité é visto como um elo de ligação entre as preocupações da comunidade que é ter uma infra-estrutura de provisão de água funcional e quem tem o dever de dar resposta a tais preocupações como a manutenção por exemplo. É preciso ver a lógica do papel do comité aliado a capacidade do Distrito em termos de recursos humanos, financeiros e materiais para garantir uma monitoria constante das fontes ao nível do Distrito.

O Distrito de Maua dispõe somente de um técnico de água e saneamento que no âmbito das suas atribuições deve garantir a monitoria de mais de 100 fontes de que o distrito dispõe. Assim sendo, torna-se relevante a existência de um grupo que possa fazer a reparação de pequenas avarias (substituição das solas, casquilhos etc.) ao nível local e também informar o distrito para casos de “avarias grossas⁹”.

Seja qual for o objectivo pelo qual o comité foi constituído, o facto é que os comités em análise não tem conseguido alcançar em pleno o objectivo da sua criação que é manter a sustentabilidade da infra-estrutura pela qual eles se organizaram, pois para além da deficiente funcionalidade da fonte de água, os utentes não fazem as devidas contribuições, embora tenha sido claro que nos primórdios da constituição deste grupo tenha havido focos de contribuições monetárias pelos utentes numa periodicidade mensal.

O MIPAR aponta 6 objectivos pelos quais os comités foram instituídos nomeadamente: 1-a organização das comunidades; 2-recolha e gestão dos fundos para serem usados na operação, manutenção, reparação e reposição das fontes; 3-limpeza da fonte; 4-garantir a manutenção

⁹ O termo avaria grossa foi várias vezes mencionado pelos membros dos comités entrevistados para referir aquelas avarias cuja capacidade de resolução é limitada ao nível da comunidade.

rotineira da fonte; 5- reparar a bomba de água e 6-garantir o uso correcto da fonte. Porém, na prática os comités em análise pouco tem conseguido alcançarem estes objectivos.

5.3 Distribuição de funções

No processo de gestão comunitária das fontes de água ao nível rural, foram previstos 3 grupos com funções distintas dentro do comité. Há o grupo de gestão, o grupo de manutenção e o grupo de higiene e Limpeza. Em termos teóricos, esta estrutura representa o tipo ideal de um comité conforme a definição e estrutura de um comité proposta por UCKROW e STEPHAN (2012).

Os comités de Mugoma e Muapula tem uma estrutura de gestão e de mobilização comunitária frágil. Os membros designados para realizar funções de manutenção técnica da fonte por exemplo afirmaram não terem capacidade para tal, pelo facto de não terem recebido o devido treinamento. Verificamos igualmente uma fragilidade no processo de angariação e gestão dos fundos das contribuições dos utentes das fontes. Esta fragilidade é caracterizada pela falta de registo dos valores colectados, não existência de um mecanismo de prestação de contas para os restantes membros da comunidade.

Aspectos ligados a equidade de género foram tomadas em consideração no processo de constituição dos membros dos comités, o sinal visível deste aspecto é que cada comité na sua constituição era formado por número igual de homens e mulheres. Escusamo-nos de trazer os números, pois notamos uma certa falta de concordância entre os membros em relação ao número de pessoas que deviam constituir um comité, pelo que uma parte falava de 6 e outra de 12 membros, mas o importante é que tanto para os que falaram de 6 assim como para os que consideraram 12 membros, havia um ponto em comum que é paridade entre o número de membros por género.

A seguir apresentamos alguns depoimentos que enfatizam a constatação anterior sobre as questões de género nos comités analisados.

«... O comité é constituído por 12 pessoas, 6 homens e 6 mulheres porque nos homens não podíamos estar só entre homens decidimos estar junto com as mulheres estarmos

juntos a trabalhar com as mulheres porque hoje em dia o homem não pode trabalhar sozinho....» Afirmou o Sr. João Tomate em entrevista no dia 26 de Março de 2015.

«... É composto por 12 membros dos quais 6 homens e 6 mulheres. Decidimos por 6 mulheres porque vimos que a mulher hoje em dia tem um grande valor, com a mulher nos vai crescer por exemplo na emancipação da mulher na falta de uma mulher numa instituição essa instituição não está a funcionar bem para dizer que hoje em dia toda a mulher moçambicana está enquadrada numa instituição....» Sr. António Batata em entrevista no dia 26 de Março de 2015.

Os dados revelaram que esta paridade foi parte do motivo de abandono de alguns membros na sua maioria do sexo feminino, pois os seus maridos não viam com “bons olhos” o facto do comité ser constituído por um número igual de homens e mulheres. Segundo uma das nossas entrevistadas os seus maridos achavam que existia corrupção. Entenda-se corrupção não no seu sentido clássico de receber benefícios em troca de favores de alguém, mas sim que essa divisão por igual seria uma forma de fomentar infidelidade entre casais.

Ora este possivelmente seja um indicador que mostra que no processo de constituição dos comités houve pouco esclarecimento sobre como é que estes deviam ser constituídos e porque é que tinha que se tomar em consideração a igualdade de género, e este esclarecimento devia ser extensivo aos restantes membros da comunidade em particular para os parceiros dos membros “eleitos”. Os depoimentos que se seguem ilustram esta situação.

«... O comité é constituído por 6 membros 3 senhoras e 3 homens. As mães o que fazem costumam fazer limpeza da fonte e zangar para aquelas pessoas que não sabem mexer bem que vem com tendência de estragar a fonte eles não podem fazer assim e também na mobilização da própria fonte....» Afirmou Felisberto Cenoura em entrevista no dia 27 de Março de 2015.

«... Entre mulheres eram 4 e 3 homens....Fiquei eu sozinha e os homens também fiquei com 1 rapaz, porque os outros abandonaram da zona outros abandonou por causa de falecer a esposa, o outro abandonou foi viver noutra zona, porque nestes 7 outros 2 eram marido e mulher....» Amélia Gengibre em entrevista no dia 27 de Março de 2015.

Em relação as tarefas, os dados revelaram que há uma clara distribuição de funções pelos membros do comité, como resposta as recomendações que promovem a constituição dos comités ao nível comunitário. O comité de gestão deve ser constituído por 12 membros subdivididos em

3 grupos: Grupo de Gestão, Grupo de Manutenção e o Grupo de Higiene. Os depoimentos que se seguem ilustram esta situação.

«..... As tarefas dos membros do comité nos dividimos da seguinte maneira, 6 senhoras estão na limpeza da fontenária e para o caso de nós homens preocupamo-nos em caso de contribuições e também preocupamo-nos em caso de avaria daquela fontenária reparamos aquelas peças que estão em falta enquanto as senhoras estão aí a organizar a questão da limpeza a instruir as pessoas que estão a usar a fontenária como podemos usar a fontenária e tudo mais e mais isso as senhoras é que pedem as contribuições para nós homens se existir qualquer necessidade da fontenária recorreremos naquela contribuições para aquele efeito....» Afirmou Felisberto Matias em entrevista no dia 27 de Março de 2015.

«.... As mães fazem a limpeza para manter a fonte limpa, os homens também a questão da manutenção da própria fonte, recolha de dinheiro....» Considerou Sr. Ezequiel Naco em entrevista no dia 25 de Março de 2015.

Constatamos que na sua maioria as mulheres estão enquadradas no grupo de higiene e gestão da fonte enquanto os homens estão enquadrados no grupo de manutenção e gestão. Assim sendo, cabe as mulheres a tarefa de velar pela limpeza da fonte, fazer as cobranças e guardar o dinheiro dos contribuintes e aos homens cabe a função de fazer a manutenção que inclui comprar peças e fazer as pequenas reparações. Sobre a responsabilidade que é atribuída as mulheres no sentido de serem elas a guardarem o dinheiro das contribuições, um dos entrevistados revelou que a mulher é tida como banco, pois ela sabe cuidar do dinheiro, mas que a decisão do uso do tal dinheiro é do homem.

A distribuição de tarefas ao nível dos comités é uma extensão do papel que cabe a cada um dos sexos na estrutura social, no sentido em que as tarefas mais pesadas como construções, reparações cabem ao homem e as tarefas de cuidar da casa cabem a mulher segundo afirmou um dos entrevistados. O MIPAR considera que ao se envolver a mulher nos comités em parte é no sentido de acautelar que a mesma esteja presente em todos os momentos do processo de provisão dos serviços, pois cabe a mulher a tarefa de garantir água em sua casa.

A seguir apresentamos alguns depoimentos que enfatizam a questão das funções dos membros dos comités de gestão.

« Sim existe e é uma mulher, escolhemos uma mulher para ser responsável de limpeza porque as mulheres são donos de casa fazem limpeza em casa, tudo quem faz são as mulheres então é por isso que vimos que a mulher vai fazer essa tarefa....» Afirmou Eliseu Tsocotsa em entrevista no dia 27 de Março de 2015.

«.... Outro trabalho que tem outras mulheres é de se ajudar quando a peça vai se estragar de receber dinheiro cobrar as pessoas que o nosso poço já avariou assim temos que contribuir então outras mulheres tem tarefa de passar casa e casa pedir esmola para a peça que se perdeu, então para irmos procurar por outra peça que não se estragou então para outras mulheres a tarefa que elas tem e essa mesmo de andar casa a casa e contribuir sim...» Afirmou Felisberto Matapa em entrevista no dia 27 de Março de 2015.

Pese embora a responsabilidade de fazer as cobranças e guardar o dinheiro esteja na responsabilidade das mulheres, ao nível dos membros do comité ficou claro que os homens têm uma forte influência no processo de tomada de decisão sobre o destino a dar às contribuições dos utentes. Embora não fosse o nosso objectivo analisar as relações do poder dentro do comité, em nenhum momento foram evidenciadas relações conflituosas entre os membros, o que é comum em organizações ou grupos onde há valores monetários envolvidos. Porém, foi notória a insatisfação de alguns membros e utentes da fonte sobre a forma como os fundos são geridos, sobretudo em situações em que o presidente do comité é o próprio líder da comunidade e o tesoureiro é o parceiro do mesmo líder.

5.4 Capacidade dos membros para a gestão e manutenção da fonte

Em relação a capacitação dos membros, os dados revelaram que os comités são simplesmente constituídos. A sua constituição consiste primeiro na informação a comunidade sobre a necessidade de selecção de alguns membros da mesma que devem integrar ao comité, estes por sua vez passam por uma prévia explicação sobre a necessidade da constituição do comité, o objectivo e a constituição dos seus membros. De seguida apresentamos alguns depoimentos que ilustram esta situação.

«.... Não não fomos treinados.... Talvez se organizarmos agora este poço ai, talvez o chefe pode nos falar que nós vamos andar vamos fazer assim até no sitio X porque nos ainda não fomos dados explicação daquele poço de maneira como podemos consumir, de maneira como podemos observar aquele poço só nos escolheu você deve parar aqui

numa de que pelo menos ocupar espaço, dar um controle de que não pode se mexer de qualquer maneira...» Afirmou Eliseu Tsocotsa em entrevista no dia 27 de Março de 2015.

«... O treinamento, posso dizer que foi esta vez que nós sofremos desta avaria eles vinham diziam para nós estar ali ligado, nós assistimos quando sermos só nos o que podemos fazer, mas o treinamento não chegava nos sabermos tudo não conseguimos até hoje por exemplo assim estão a falar de sola, nem para levarmos esta sola pormos não vamos conseguir porque o treinamento pelo menos devia ser uma sentada desmontarem e vermos tudo como devíamos fazer, o treinamento assim foi resumo, foi resumido...» Afirmou Felisberto Matapas em entrevista no dia 27 de Março de 2015.

«... Entre os 6 que estão no comité tem um Sr. Que tem uma pequena informação sobre a fontenária e quando mais existir problema na nossa fontenária ele é que está a reparar que sabe em algumas partes a manutenção daquela fontenária e nós todos confiamos a ele e qualquer peça que está a se estragar na fontenária ele é capaz de dizer que colegas a peça que esta em falta e esta aqui....» Afirmou Celeste Abobora em entrevista no dia 25 de Março de 2016.

Seleccionados os membros integrantes do comité, faz-se uma triagem para a distribuição dos membros pelos 3 grupos que compõem o comité (Gestão, manutenção e higiene). De modo a dar apoio ao grupo para a reparação de avarias, são treinados alguns artesãos locais como mecânicos numa base de procura, ou seja o mecânico constitui-se como um operador privado que de acordo com a solicitação do comité ele faz a reparação da fonte em troca de um pagamento.

Dum modo geral os mecânicos locais são treinados para poder reparar pequenas avarias como substituição das solas, reapertos da bomba, mudança de casquilhos etc., pois para “grandes avarias” a solução passa pelo envio ao local de uma equipe especializada vinda da sede distrital.

Devido a esta incapacidade técnica dos mecânicos locais em reparar certas avarias, nota-se uma certa dependência do comité pelas equipes técnicas distritais cuja implicação directa é a permanência de longos períodos de tempo com a fonte avariada. Com o comité sem capacidade para reparar a fonte, aos olhos da comunidade este torna-se um grupo inútil para resolver os problemas da falta de água na comunidade. Este aspecto torna-se também o motivo da não contribuição dos membros, pois na sua óptica os resultados da sua contribuição não são visíveis.

Nota-se a ausência de uma componente importante que garante a manutenção do grupo que é a gestão do próprio grupo e as suas infra-estruturas com destaque para a própria fonte de água. Assim sendo, pese embora se privilegie a participação comunitária tanto para a indicação dos membros assim como para a gestão da fonte, os princípios de gestão estão sempre ausentes no seio do grupo o que constitui um perigo para a sustentabilidade do grupo e por conseguinte da fonte na medida em que já não existirá uma entidade com responsabilidades de garantir a manutenção regular, colecta e gestão dos fundos etc.

5.5 Percepções locais sobre a sustentabilidade

A sustentabilidade afigura-se como elemento central da nossa pesquisa, sendo assim, procuramos buscar o seu entendimento através de vários elementos relevantes para o estudo tais como a adesão para a contribuição pelos utentes, a frequência das avarias da fonte, a existência de capacidade local para a reparação das avarias, a disponibilidade de peças sobressalentes e o processo de gestão dentro do principal grupo social que deve garantir a sustentabilidade da fonte.

Assim sendo, os dados revelaram uma tendência generalizada de aliar a sustentabilidade como a manutenção da fonte no sentido de funcionar por muito tempo. Nota-se uma tentativa de definição da sustentabilidade com base num dos indicadores mais comuns na definição deste conceito que a funcionalidade ou não da fonte.

Aliada a esta ideia, encontramos entre os entrevistados uma definição de sustentabilidade que olha para outro tipo de indicadores que estão directamente ligados ao grupo que deve manter a funcionalidade da fonte numa perspectiva de gestão da fonte, como afirmou um dos entrevistados no depoimento que se segue.

“... Sustentabilidade é o próprio grupo que faz a própria gestão da fonte para não morrer em questões de avaria eles sentam reúnem e decide-se que aqui vamos tirar um valor que é para contribuirmos e para identificar qual é o problema que tem a fonte para não esperar de alguém que vem da cidade. Neste momento a fonte funciona porque foi reparado a pouco tempo, a reparação foi feita por uma empresa que veio fazer o trabalho...” Afirmou Eliseu Tsocotsa em entrevista no dia 27 de Março de 2015.

Nota-se nesta citação que há também uma tendência de aliar a sustentabilidade as contribuições dos utentes para questões de manutenção. Ora, o facto de haver um desconhecimento ou dificuldades em abordar sobre a questão de fundo que reúne os membros do comité que é a sustentabilidade, revela que ao nível das estruturas locais (Serviços Distritais de Planeamento e Infra-estruturas) e até ao nível das organizações não-governamentais que operam no distrito há pouca divulgação sobre o significado do termo e porquê o seu conhecimento é essencial para o grupo ou quando esta questão é divulgada é numa perspectiva de funcionalidade e não funcionalidade que deve estar aliado ao grupo de gestão.

Ao nível da estrutura administrativa do Distrito de Maúa, há também um entendimento semelhante ao nível das comunidades que é aliar a sustentabilidade a funcionalidade ou não das fontes, razão pela qual o distrito faz a planificação das fontes a serem reabilitadas com fundos do Governo distrital afirmou o Director dos Serviços distritais de Planeamento e Infra-estruturas. Ao nível das comunidades os trabalhos de reabilitações é feita em coordenação com os comités, pese embora haja deficiências em termos de obtenção da informação sobre a situação das fontes sobretudo em zonas mais recôndidas.

Ora, como já fizemos referência na revisão da literatura, analisar a sustentabilidade implica igualmente abordar uma terceira dimensão sugerida por CARTER (2016) que é ver a sustentabilidade numa perspectiva multidimensional onde interagem vários elementos como o comportamento dos consumidores que corresponde a dimensão social e cultural, as políticas, o processo de gestão que é a dimensão institucional e de governação e os aspectos técnicos e a dimensão financeira.

Os dados revelaram que mesmo ao nível dos utentes das fontes esta questão tem sido pouco difundida se atendermos que houve uma unanimidade em todos os entrevistados em afirmar que as comunidades não contribuem pela água que usam.

A contribuição das comunidades torna-se uma das causas da fraca sustentabilidade se atendermos que é com base nas contribuições dos utentes que o comité garante o alcance dos seus objectivos que é a manutenção regular da fonte através da aquisição de peças

sobressalentes. Nota-se aqui a falta de 3 das dimensões sugeridas por CARTER (2016) nomeadamente a dimensão social, de gestão e financeira.

A questão da fraca contribuição dos utentes da fonte poderá estar associado a vários factores que constatamos durante a pesquisa. As contribuições são feitas no sentido de garantir que o comité tenha sempre dinheiro para a aquisição de peças em casos de avarias segundo os depoimentos dos membros do comité.

O facto é que parte dos entrevistados (Utentes da fonte), revelou não entender porque mesmo com as contribuições as fontes de água continuavam avariadas e desta forma ficam desmotivadas a contribuir pois na prática não vêem o benefício das suas contribuições. Um outro factor está relacionado com a questão de gestão dos próprios fundos no sentido em que há pouca comunicação aos contribuintes sobre como é que os valores são geridos e igualmente a falta de um informe periódico sobre quanto é que o comité possui num determinado período.

Em termos de periodicidade das contribuições, os dados revelaram que embora tenha sido estabelecido uma periodicidade mensal, esta não tem se mostrado funcional e eficiente, uma vez que os entrevistados (membros do comité) revelaram que grande parte dos utentes só contribuem quando a fonte avaria ou seja enquanto a fonte estiver a funcionar não há contribuições.

Esta situação pode estar associada a circulação da moeda ao nível das comunidades rurais, atendendo que a principal actividade económica é a agricultura, geralmente no período das colheitas e venda das culturas de rendimento (Tabaco e algodão) nas comunidades há maior circulação da moeda e as mesmas estão em condições de fazerem as contribuições em dinheiro.

Enfim, a questão da eficiência dos comités, passa por estas cumprirem ao máximo seus objectivos, no sentido de garantir a quantidade e a qualidade de água às comunidades. Também torna-se indispensável a sua actuação como um organismo democrático, pluralista e participativo no seu verdadeiro sentido.

A fraca contribuição das comunidades para além de estar associada a forma de gestão do comité, também poderá estar ligado ao entendimento que as comunidades tem sobre do projecto e a

provisão dos serviços de água e este fraco entendimento de certa forma afecta a sustentabilidade. Há um entendimento de que a fonte é do projecto e que sendo do projecto as comunidades não sentem a necessidade de pagar pela água que consome.

Porém, se a água começar a ser vista numa perspectiva de provisão de serviços em que um determinado operador que seria o comité a garantir a provisão da água e para o acesso a ela as comunidades tenham que pagar, a fonte seria mais sustentável. Ora uma solução desta natureza passa pela análise da capacidade dos utentes em pagar pelos serviços providenciados, deste modo não possibilitar que as pessoas não acesso a água por não possuir capacidade financeira de pagamento.

CARTER (2010) foi mais longe na sua análise e olhou a questão da fraca contribuição das comunidades como resultado da forma como a provisão é feita e o tipo de informações que é dada aos utentes dum lado pelas ONGs (Organizações Não-Governamentais) que financiam os projectos de água nas comunidades e por outro lado pelas propagandas políticas na época das eleições.

Sobre as ONGs CARTER et al. (2010) defende que estas organizações e outras de carácter humanitário que tenham sido responsáveis pela construção de sistemas de abastecimento de água e num espírito de caridade tem informado as comunidades que a fonte é um presente, que a água é de borla e que não se deve pagar e em alguns casos as mesmas ONG estabelecem-se ao redor e providenciam serviços de manutenção e reparações.

Sobre as propagandas políticas, os autores argumentam que no período das eleições os políticos fazem falsas promessas à comunidade alegando que eles se responsabilizarão pelos serviços e que não será necessário nenhum pagamento.

5.6 Razões do envolvimento das comunidades aos comités de gestão de água

Os dados revelaram que embora grande parte dos membros tenham considerado que o seu envolvimento no comité tenha sido resultado de uma indicação da comunidade, ficou evidente que há pouca clareza neste processo, de maneiras que durante as entrevistas notamos que parte

dos membros dos comités tinham uma relação de parentesco, com destaque para tios, sobrinhos, esposo e esposa como membros do mesmo comité.

Em parte esta situação é motivada pelo facto de as pessoas de mesma família desempenharem funções de destaque ao nível da comunidade e que pela relevância do seu papel inevitavelmente deve fazer parte da equipa que compõe o comité.

Das funções de relevância na comunidade destacam-se: Líder da comunidade, secretário do partido «Frelimo», membro do grupo de mulheres, ou melhor produtor a nível local, ou seja pessoas que gozam de algum prestígio na comunidade.

O envolvimento das pessoas nos comités é em muitos casos por indicação e não por eleição, conforme preconiza o MIPAR. Porém, nota-se sempre uma aceitação das tarefas por parte das pessoas escolhidas. Na sua maioria os escolhidos justificam que não podem negar, a escolha feita pela população que em muitos casos é feita na presença dos líderes comunitários. Uma escolha ou eleição nestes moldes gera receio de negar ou rejeitar um trabalho em prol do bem-estar da população.

Há também uma ideia por parte dos membros escolhidos de que não podem rejeitar a escolha da comunidade, pois se assim for a pessoa seria conotada como quem não está aliado aos ideias do governo em prol do desenvolvimento da comunidade tal como afirmou um dos entrevistados.

“...Aceitei ser membro porque gostei de ser membro, gostei de ser membro porque vi que assim se eu ficar sempre assim parece que não sou de Moçambique...daquilo que o governo disse eu sempre tenho que cumprir daquilo mesmo para fazer o desenvolvimento da nossa localidade, eu não posso recusar porque se eu recusar ia se ver que esse é uma pessoa que não cumpri a ideia do governo...” Afirmou Eliseu Tsocotsa em entrevista no dia 27 de Março de 2015.

Sobre este facto, é importante notar que nenhum residente da comunidade é obrigado a ser membro do comité, pois embora haja uma certa pressão social, a participação é voluntária na óptica do processo de constituição dos comités, mas parece não haver este entendimento por parte de alguns membros, pois estes sentem-se obrigados a participar quando a indicação é feita.

A indicação das pessoas não é feita de forma aleatória, há vários aspectos associados dentre eles a confiança que a comunidade tem pelas pessoas que são indicadas, esta confiança em muitos casos está associada ao bom relacionamento que a pessoa mantém com os restantes membros da comunidade. Porém, estes não podem ser elementos determinantes, pois a vontade e a disponibilidade individual não é tomada em consideração e o resultado é que depois de algum tempo os membros escolhidos abandonam o comité.

A proximidade da residência do membro da comunidade é também um dos factores determinantes para se ser membro do comité, no sentido em que quem está próximo da fonte está em melhor posição para velar pela segurança e manutenção da fonte.

Aspectos de ordem política também estão por detrás de envolvimento de alguns membros da comunidade nos comités, dentre os membros dos comités analisados, encontramos pelo menos 2 membro do partido FRELIMO que desempenham as funções de secretário do círculo do partido ao nível da comunidade. Estes justificam o seu envolvimento no comité com a necessidade de organizar a fonte no sentido de “*o meu povo ter água*” segundo afirmou um dos membros.

A questão que se coloca não é o facto de pessoas com filiações partidárias envolverem-se em grupos sociais de carácter não partidário, mas sim que se filiem justamente como membros de partidos políticos de alto nível ao nível da comunidade o que de certa forma influencia negativamente o normal funcionamento do grupo.

Ora, os discursos destes membros levam-nos a entender que o seu envolvimento no comité poderá ser no sentido de perpetuar as lógicas partidárias no seio do grupo. O facto é que este constitui-se como um factor de risco quando no seio do grupo há outros membros que também tem suas lógicas partidárias. De acordo com MOPH (2012), este constitui um factor enquadrado no conjunto de factores externos que podem influenciar o funcionamento do grupo.

Os dados revelaram que a falta de uma ocupação formal (emprego) constituiu um motivo para a adesão de alguns membros ao comité, uma vez que o membro tem muito tempo sem nenhuma ocupação como revelou um dos entrevistados. Assim sendo, o comité acaba sendo um local de refúgio para os seus tempos livres.

Pese embora tenha sido evidente que o principal elemento da criação do comité seja a garantia de acesso a água segura as comunidades, os dados revelaram que há vários factores que fazem com que as pessoas participem nos comités e que a não satisfação dos mesmos pode ser também um factor para o seu abandono, sobretudo quando o comité não possui nenhum papel relevante para a vida dos seus membros.

A partir da teoria dos grupos sociais, os dados mostraram que há uma racionalidade para que as pessoas se envolvam nos comités. Estes elementos ajudam-nos a responder a questão sobre o que leva as pessoas a se associarem ou a se envolverem ou não em grupos sociais das quais aqui destacamos o comité.

5.7 Implicações e o papel do comité na vida dos seus membros

Em relação as implicações do comité para a vida dos membros, os dados revelaram um reconhecimento da relevância do seu envolvimento na garantia da manutenção da fonte. Porém, questionados sobre a sua expectativa ao se filiar ao comité, ficou evidente que a relevância do seu envolvimento não pode ser resumida a manutenção da fonte, mas sim que o comité devia trazer alguns benefícios a cada um dos seus integrantes.

Na óptica dos membros, o comité tornou-lhes pessoas com mais responsabilidade ao nível da comunidade, no sentido em que é da responsabilidade dos membros a cobrança e a gestão das contribuições dos utentes, assim como é da sua responsabilidade a conservação dos equipamentos e peças para a manutenção da fonte. Ora, esta responsabilidade em garantir as cobranças implica que estes membros detêm um certo poder ao nível da comunidade que lhes concede um certo prestígio.

Os membros consideraram dedicar parte do seu dia para as actividades do comité, embora esta dedicação não seja diária pois o comité não tem uma agenda regular dos encontros, os membros só se encontram em casos de necessidade e quando os membros se reúnem para fazer balanço periódico numa base irregular.

A não existência de uma frequência de encontros entre os membros do comité pode ser um indicador da fraca operacionalidade do comité. Porém, este indicador precisa de ser analisado com cuidado, no sentido em que as actividades do comité se concentram na garantia da manutenção e limpeza da fonte e na cobrança dos utentes e não em número de reuniões que são realizados. Mas mesmo assim, a existência de um calendário de reuniões periódicas pelo menos uma vez em cada trimestre pode ser um critério para se apurar a funcionalidade do comité.

Sobre o tempo que dedicam ao comité, há uma dicotomia de opiniões, pois alguns membros consideraram que esse tempo não faz nenhuma diferença no seu dia-a-dia pois as reuniões quando são marcadas não levam muito tempo. Um outro grupo de membros considerou que o tempo que é gasto no comité seria dedicado a outras tarefas mais produtivas. Sobre esta questão a seguir apresentamos os depoimentos dos membros dos comités.

“...me impede porque não estou a ver coisa que estou a ganhar.... Sim me impede mesmo ... vale a pena ir lá na machamba porque lá na machamba consigo tirar alguma coisa que eu estou a gostar sim para dentro parte desse comité não estou a ver nada...”
Afirmou Felisberto Matapa em entrevista no dia 27 de Março de 2015

“...Ali no comité. logo no inicio pensávamos que assim talvez quando formos assim lá quando chegar no fim de mês talvez havíamos de ter um valorzinho¹⁰ para podermos ter sabão ou talvez termos sal isso contávamos disso, mas desde dai não vimos nada.....Nós sim pensávamos disso mesmo, porque hoje em dia fazer uns trabalhos destes é preciso pelo menos ter um valor desse para comprar sal, não posso prometer que temos de receber tanto não, o governo devia decidir os membros também deviam decidir que o valor seria tanto.” Considerou Natália Uva em entrevista no dia 27 de Março de 2015.

Os dois depoimentos revelam-nos que havia uma expectativa por parte dos membros que não está sendo satisfeita pelo comité, que é de garantir-lhes uma recompensa pelo tempo que despendem nas actividades do comité, esta situação evidencia-se quando questionados sobre *que ganhos os membros obtém por serem membros do comité?* As respostas foram um pouco divergentes, mas ficaram unânimes que em termos reais os membros consideraram que nada ganham por serem membros do comité.

¹⁰ Dinheiro

Na sua óptica, quem de direito devia rever a forma de funcionamento dos comités no sentido em que devia-se estabelecer um subsídio para os membros. Porém, escusaram-se em apresentar uma proposta de quanto é que esse subsídio seria.

Um dos membros do comité revelou que em alguns momentos os membros do comité tomam a iniciativa de levar parte das contribuições dos utentes da fonte para adquirir alguns géneros alimentícios que são consumidos durante as reuniões de balanço e na sua óptica optaram por esta iniciativa no sentido de incentivar os membros a participarem nas actividades do comité.

A questão dos subsídios foi igualmente referenciado pelo Director do SDPI de Maua ao afirmar que há membros de comités que questionam como é que podem trabalhar de “borla¹¹”, razão pela qual eles não se sentem motivadas a empenharem-se nas actividades do comité. A seguir apresentamos o depoimento de um dos membros do comité sobre a questão em análise.

“...Ali não tenho nenhum subsídio por ser membro do comité, ali quanto mais existir o fundo e o valor de arrecadação daquela fontenária sentamos no fim do ano sentamos acolhemos tanto e desse valor que nos acolhemos pelo menos vamos tirar 100mt vamos comprar um sumo para a nossa reunião sentarmos bebermos aquele sumo e cada um ir em casa dele, e se fizermos isso e para encorajar os outros membros que ainda estão a pensar esse dinheiro o que vão fazer com ele então tiramos pouco o outro deixamos em caso de necessidade na fontenária...” Considerou o Sr. António Cebola em entrevista no dia 26 de Março de 2015.

Os dados revelam-nos que o comité tem fraco impacto numa perspectiva material, pese embora esta seja uma das suas expectativas ao se filiarem ao comité. Porém, é de realçar o papel que estes actores jogam para a garantia de acesso a água segura. O fraco impacto material que o comité tem para a vida dos seus membros, possivelmente esteja na origem da saída de alguns membros. Pois, segundo apuramos durante as entrevistas, parte dos membros abandonaram o comité a busca de emprego nas cidades. Este facto foi substanciado por um técnico da DNA que considerou 4 factores para a saída dos membros dos comités nomeadamente: Nomadismo, Busca de emprego, Falta de Subsídio e Morte dos membros.

¹¹ Trabalho sem remuneração

A expectativa de obter algum ganho ao se envolver em uma lógica colectiva que é providenciar a água as comunidades, mostra que qualquer objectivo seja ele egoísta ou altruísta pode ser perseguido de forma racional. Assim sendo, o comportamento dos indivíduos tem interesses na obtenção de benefícios colectivos que resultem em vantagens materiais para si próprios.

Numa perspectiva não material, os membros revelaram o papel que o comité tem nas suas vidas no que respeita a aquisição de conhecimentos e habilidades para a reparação das bombas manuais e assim garantir que as pessoas tenham acesso a água, como afirmaram 2 dos nossos entrevistados:

“. Não ganha nada só, a vantagem já ganharam uma fonte de água não tem problema. Eu por ser membro do comité já aprendi muita coisa até posso reparar uma fonte até pode reparar a fonte de outra comunidade e deixar a comunidade a consumir água potável...” Considerou o Sr. António Cebola em entrevista no dia 26 de Março de 2015.

“. O ganho que tenho é de reparar a fonte e beneficiar a maioria porque se não tivessem me seleccionado ou não tivessem me capacitado já a fonte com problemas ficaria sem reparação assim como fui capacitado já me sinto a vontade em caso de avaria e salvo a vida de muita gente...” Afirmou Felisberto Matapa em entrevista no dia 27 de Março de 2015

Estes depoimentos mostram a relevância que o comité tem nas suas vidas. Assim sendo, há um reconhecimento por parte dos membros de algumas mudanças que ocorreram nas suas vidas por serem membros do comité sobretudo no que diz respeito ao ganho de mais respeito e responsabilidade ao nível comunitário, o estreitamento das relações sociais e por conseguinte o aumento do seu capital social, a redução de distâncias para ir tirar a água o que lhes possibilita ter mais tempo para outras actividades.

O aumento do nível de conhecimento como resultado dos treinamentos que os membros fizeram foi também considerado como uma das mudanças ocorridas nas suas vidas. Porém, para o grupo que olhou para a mudança numa perspectiva mais económica ou material ficou evidente que o comité não trouxe mudanças significativas para as suas vidas.

A relevância dos aspectos económicos para a manutenção dos membros nos comités, já foi evidenciada em outros estudos feitos pelo MOPH (2012) numa perspectiva de análise da sustentabilidade das fontes de água. Estes estudos revelaram que os comités onde os seus membros recebem um subsídio, os mesmos tendem a permanecer por mais tempo até a altura da eleição dos novos membros.

Esta constatação revela a necessidade de revisão dos mecanismos que fundamentam a necessidade de gestão comunitária das fontes de água no sentido de garantir que parte das contribuições dos utentes seja usada para subsidiar os membros dos comités como forma de reconhecimento do trabalho que desempenham para a manutenção da fonte de água.

6-CONCLUSÕES

No presente estudo, procurámos fazer uma análise em relação ao funcionamento dos comités de gestão de água como grupos sociais e a sua influência para a garantia da sustentabilidade das fontes de água em duas comunidades do posto administrativo de Maua Sede. O nosso principal objectivo era compreender a questão da sustentabilidade dos serviços de água através dos factores que motivam os actores sociais a nível comunitário a se engajarem ou não nos comités de gestão.

Para este propósito, procuramos analisar os objectivos da criação dos comités de gestão de água, a distribuição das funções, as capacidades técnicas dos membros para a gestão e reparação das fontes, as percepções locais sobre a sustentabilidade, as razões do envolvimento das comunidades nos comités e as implicações e o papel dos comités na vida dos seus membros.

Tomando como base a seguinte questão de partida que constituiu a razão para a realização da pesquisa: *De que modo os interesses dos membros dos comités de água e saneamento correspondem as expectativas da sua criação e por via disso garantir a provisão sustentável dos serviços de água?* Levantamos duas hipóteses: *H1: Há uma percepção por parte da comunidade de que o seu envolvimento nos comités de gestão de água poderá garantir-lhes uma fonte de obtenção de ganhos económicos e sociais (prestígio); H2: Há uma fraca articulação entre a abordagem da participação comunitária na provisão de serviços e as lógicas e dinâmicas de funcionamento das comunidades locais.*

Analisada a questão da sustentabilidade das fontes de água a partir das motivações que levam as pessoas a se engajarem nos comités, reforçamos a nossa problemática de que a questão da sustentabilidade não pode ser vista somente a partir da sustentabilidade da própria fonte, mas também a partir da sustentabilidade do grupo que deve garantir a manutenção da principal infraestrutura em causa que é a fonte.

Assim sendo, os resultados levaram-nos a concluir que são vários os factores que levam as comunidades a se engajarem nos comités com destaque para a expectativa de obter uma remuneração, prestígio por participar activamente na provisão de serviços de acesso a água na

comunidade, e busca de uma ocupação, pelo que a não satisfação destes factores constitui motivo para a desistência dos membros e por conseguinte a fraca funcionalidade do comité que também tem como implicação directa a fraca sustentabilidade da fonte.

A necessidade de confirmar ou rejeitar as nossas respostas prévias a nossa questão de partida constituiu-se como foco do nosso trabalho. Assim sendo, em relação a primeira hipótese, esta foi parcialmente confirmada, conforme mostramos na apresentação dos resultados.

Há duas ideias divergentes em relação ao envolvimento dos membros nos comités de gestão de água:

Há um grupo que afirmou que ao se envolver no comité já estava ciente de que o objectivo era garantir que as comunidades tivessem acesso a água e que só isso bastava, mas por outro lado há um grupo que filiou-se ao comité com uma expectativa de receber alguma remuneração, subsídio e prestígio, pelo que a não satisfação destas expectativas significa que nada em suas vidas mudou desde que são membros do comité. Esta falta de remuneração constitui um dos motivos para a saída de alguns membros dos comités a procura de outras alternativas de obtenção de renda mensal.

A questão dos subsídios é enfatizada por OLSON (2002) ao afirmar que os incentivos podem atrair as pessoas a se associarem a um grupo. Numa perspectiva social os incentivos podem ser prestígio, respeito, amizade entre outros incentivos sociais e psicológicos, assim como os incentivos podem ser de ordem económica.

Embora não fosse o nosso principal objectivo, mas os dados revelaram que factores de ordem económica são relevantes para o envolvimento das comunidades aos comités, pois ao se juntar ao comité há uma expectativa por parte de alguns membros em ter algum ganho material como forma de recompensa pelo trabalho que desempenham na comunidade. Ora, o nosso entendimento é de que este é um facto que deve merecer uma análise mais aprofundada no sentido em que na lógica de constituição dos comités seja um factor a tomar em consideração.

A DNA está neste momento a rever o MIPAR, pelo que esta seria uma oportunidade para clarificar a questão das recompensas e a ligação institucional entre os comités de água e as instituições de tutela das fontes dispersas ao nível comunitário.

A segunda hipótese é confirmada, uma vez que os dados da pesquisa demonstraram que a questão da sustentabilidade das fontes está estreitamente ligada a capacidade dos comités de água se manterem funcionais, pelo que como apuramos na primeira hipótese, aspectos de ordem económica e outros factores motivadores para a filiação ao comité tornam-se relevantes para a sua manutenção e cai por terra a teoria de que as pessoas se engajam por motivos afectivos ou de coesão social, ou seja que há um elemento homogéneo que motiva as pessoas a se associarem.

O facto é que a realidade mostrou que esta ideia clássica de participação comunitária na prática não existe, pelo que há uma necessidade de revisão das abordagens de participação comunitária e se conheçam as lógicas que motivam as pessoas a se engajarem no sentido que se desenhem modelos de desenvolvimento comunitário assentes na realidade e na actual lógica de funcionamento das comunidades, sob risco de se criarem estruturas que na realidade funcionam nominalmente.

Como mostrou ABRAMS (2000) a comunidade não pode ser vista como sendo uma ilha isolada, há uma serie de interconexões entre comunidades rurais e a sociedade na sua amplitude através de vários mecanismos tais como migrações laborais, a influência do contexto urbano, sistemas de educação e saúde, comunicações modernas, média.

O risco de manter a visão da comunidade numa perspectiva de um grupo homogéneo e coeso é o de não se alcançar o objectivo pretendido como verificamos no Posto Administrativo de Maua-Sede, onde nas duas comunidades analisadas, constatamos que as populações se socorrem das fontes de água não seguras, pelo facto da principal fonte segura não estar a funcionar por várias razões dentre elas a inoperacionalidade do comité de gestão de água e por conseguinte a não existência de uma estrutura física com capacidade para manter a fonte funcional, seja através das contribuições dos utentes para a reparação de avarias, seja através da garantia de que os serviços distritais de planeamento e infra-estruturas tem um mecanismo de comunicação para informar

sobre o funcionamento ou não da fonte e por conseguinte a sua rápida intervenção em casos de avarias.

Ficou evidente que as lideranças dos comités em alguns casos representados por membros partidários, usam o comité para perpetuar ideias partidárias em vez de estabelecer uma liderança forte com capacidade de manter o grupo funcional e mobilizar as pessoas a contribuírem para a manutenção das fontes.

Sobre a gestão dos fundos, há uma percepção da comunidade de que os fundos não estão a ser geridos da melhor forma. Ora, o comité não pode ser visto como sendo uma entidade que fomenta má gestão das contribuições da comunidade, pois encarece ao risco de ter membros que não contribuem pelo bem que usam pelo facto de terem perdido confiança nas pessoas que lhes representa.

A revisão de literatura sobre o sector de águas em Moçambique, revelou-nos uma variedade de políticas, decretos, resoluções e leis que regulam o processo de acesso a água segura as comunidades. Porém, a inexistência de uma base legal ou ligação institucional formal entre os membros dos comités e as estruturas governamentais ao nível comunitário, distrital e provincial afigura-se como um elemento crucial para que os membros dos comités decidam abandonar o comité e por conseguinte colocar em risco o funcionamento do próprio comité.

Estas conclusões não pretendem de forma alguma negligenciar os vários factores que concorrem para a fraca sustentabilidade das fontes de água nas zonas rurais dentre eles a questão técnica, o ambiente, a limitação de recursos financeiros tanto para o acesso ao mercado de peças sobressalentes assim como para questões de monitoria e supervisão, mas sim, constitui uma tentativa de argumentar que é importante uma análise profunda sobre os grupos sociais que garantem a sustentabilidade da infra-estrutura que é o comité no que respeita às razões da sua constituição, às motivações que estão por detrás do envolvimento dos seus membros.

Da análise feita conclui-se que há necessidade de se repensar nas políticas que regulam o funcionamento destes organismos. Esta revisão deve permitir que os membros dos comités tenham um reconhecimento legal ao nível das instituições governamentais e que se estabeleçam

incentivos que garantam o funcionamento activo e a permanência dos seus membros. Porém, para se evitar permanências vitalícias como resultado dos incentivos, é preciso que se institua princípios democráticos no seio do grupo que permitam a rotatividade dos membros.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMS L, P at all (2000). **Sustainability management guidelines**, Preparado para o Departamento de Assuntos Hídricos e Florestas, África do Sul.

BEYENE, Habtamu (2010). **Factors affecting the sustainability of rural water supply systems: the case of mecha woreda, amhara region, Ethiopia**. A Project Paper Presented to the Faculty of the Graduate School of Cornell University in Partial Fulfillment of the Requirements for the Degree of Master of Professional Studies by Habtamu Addis Beyen.

CARTER, Richard (2010). **Study of sustainability of water supply services**. WaterAid. United Kingdom.

CARTER, Richard (2016). **Beyond ‘functionality’ of hand pump supplied rural water services in developing countries**. Waterlines Vol. 35 No. 1. United Kingdom.

CARTER, R. HARVEY, E. et al. (2010). **Pumps, Pipes and Promises, User financing of rural hand pump water services**. WaterAid. United Kingdom.

Centro de Integridade Pública (2013). **Análise do Financiamento no Sector de Água e Saneamento em Moçambique**. Maputo.

CHAMBERS, Robert (1997). **Whose Reality Counts? Putting the First Last**. ITDG Publishing. United Kingdom.

COURT, T. de la (1990). **Beyond Brundtland: Green Development in the 1990s**. New Horizons Press. Zed. New York.

FORQUILA, S (2013). **Não basta introduzir reformas para se ter melhores serviços públicos: subsídio para uma análise dos resultados das reformas no subsector de água rural em Moçambique**. IESE. Maputo.

GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2001). **Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta 2001-2005 (PARPA 1)**. Maputo.

GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2006). **Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta, 2006-2011 (PARPA 2)**. Maputo.

GOVERNO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2011). **Plano de Acção Para a Redução da Pobreza, 2011-2014 (PARP)**. Maputo.

INE (2011). **Homens e Mulheres em Moçambique- Indicadores Seleccionados de Género**. Direcção de Estatísticas Sectoriais e de Género. Maputo

INE (2012). **Estatísticas e Indicadores Sociais, 2012-2013**. Direcção de Estatísticas Demográficas. Maputo.

International Water and Sanitation Centre (2012). **Gestão Comunitária para Serviços de Abastecimento de Água Rural**. United Kingdom.

JANSZ, Shamila (2011). **Estudo sobre a Sustentabilidade do abastecimento de água rural na Província do Niassa, Moçambique**. WaterAid, Maputo.

LOUCKS, D; GLADWELL, J (1999). **Sustainability Criteria for Water Resource Systems**. Cambridge University Press. United Kingdom.

LOCKHOOD, H. (2004). **Scaling up the community management of rural water supply**. IRC. Netherlands.

MAE, (2014). **Perfil do Distrito de Maua. Direcção Nacional de Administração Local**. Maputo.

MARTINS, A (2006). **Estudo de Caso, Uma Estratégia de Pesquisa**. Atlas. São Paulo.

MEF, (2016). **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Direcção Nacional de Planificação e Orçamento. Maputo.

MINAYO, Maria. C. (1994). **Quantitativo/Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** Caderno de Saúde Pública, Jul./Set. 9.

MOPH, (2001). **Rural Water Supply Project Implementation Manual.** DAR. Maputo.

MOPH (2001). **Manual de implementação de projectos de abastecimento de água rural.** DAR. Maputo.

MOPH, (2007). **Plano Estratégico do Sector de Água e Saneamento Rural.** DNA. Maputo.

MOPH, (2009). **Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural. Documento Final.** Ministerio das Obras Publicas e Habitação, DNA. Maputo.

MOPH (2012). **Estudo de casos de sustentabilidade de fontes dispersas em Moçambique – Casos de Nhamacolowe, Ngulela & Hanhane.** DNA. Maputo.

MOPH (2012). **Estudo de casos de sustentabilidade de fontes dispersas em Moçambique – Casos de Nakapa-Muanona, Omonela B, Miaua-EP1 e Namuatho no Distrito de Mogovolas.** DNA. Maputo.

MOPH (2012). **Boas Práticas de Gestão Sustentável de Fontes Dispersas dos 4 Bairros de Muxúngue-Sede no Distrito de Chibabava.** DNA. Maputo.

MPD (2010). **Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Terceira Avaliação Nacional.** Direcção Nacional de Estudos e Análise de Politicas. Maputo.

OLSON, Mancur (1998). **A Lógica da acção colectiva: Bens Públicos e teoria dos grupos.** Celta Editora. Portugal.

OLSON, Mancur (2002). **The Logic of Collective Action: Public Goods and the theory of groups.** Twentieth printing. United States of America.

PNUD (2006). **Relatório de Desenvolvimento Humano- A água para lá da Escassez: Poder, Pobreza e Crise mundial da água.** Nova York.USA.

ROCHER, Guy (1989). **Sociologia Geral A organização social**. 3ªed. Presença editora. Lisboa

ROSC (2014). **O Direito a água e ao Saneamento como um Pilar chave para o Desenvolvimento Humano**. Maputo-Moçambique.

Rural Water and Sanitation Network-RWSN (2010). **Finding Information on Rural Water Supplies**. Rural Water Supplies Series.

UCKROW, K; STEPHAN, Y (2012). **Structure and Functions of WASH committees in rural areas**. Nepal.

UANDELA, A. (2012). “**Gestão descentralizada dos sistemas de abastecimento de água: desafios de eficiência e sustentabilidade. Três estudos de casos**”. In: L. de Brito *et al.* (eds.) *Moçambique: descentralizar o centralismo. Economia política, recursos e resultados*. Maputo, IESE. Pp. 395-422.

UNICEF (2013). **Relatório sobre o Saneamento Básico no Mundo**. Nações Unidas.

WATERAID (2012). **Relatório de Monitoria de Pós-Implementação**. Maputo

WATERAID (2016). **Relatório de Avaliação Final do Projecto de Abastecimento de Água, Saneamento e Higiene no Distrito de Maua**. Maputo.

Artigos publicados na Internet

[Http://www.wssinfo.org/fileadmin/user_upload/resources/JMP_report_2014_webEng.pdf](http://www.wssinfo.org/fileadmin/user_upload/resources/JMP_report_2014_webEng.pdf)

JMP (2014). **Progress on Drinking-Water and Sanitation**. 21 de Março 2016, 17 horas

http://www.wssinfo.org/fileadmin/user_upload/resources/JMP_report_2015_webEng.pdf

JMP (2015). **Progress on Drinking-Water and Sanitation. 2015 update and MDG assessment**. 21 de Março 2016, 9 horas.

Legislação

- Decreto 18/2009, de 13 de Maio. *Boletim da República*, Suplemento.
- Decreto 19/2009, de 13 de Maio. *Boletim da República*, Suplemento.
- Decreto 26/91, de 14 de Novembro. *Boletim da República*
- Decreto 73 e 74/2008. *Boletim da República*
- Diploma Ministerial no 23/2002. *Boletim da República*
- Diploma Ministerial no 258/2010, de 30 de Dezembro, *Boletim da República*, 3º Suplemento
- Lei 16/91, de 3 de Agosto de 1991. (Lei das Aguas), *Boletim da República* No 51 – I Serie No 31.
- Lei 25/91, de 14 de Novembro. *Boletim da República*
- Lei 72/98, de 23 de Dezembro. *Boletim da República*
- Lei 8/2003, de 19 de Maio de 2003. (Lei dos Órgãos Locais do Estado -LOLE)). *Boletim da República*,
- Resolução 8/2005
- Resolução No 60/98 de 23 de Dezembro de 1998. Política Tarifaria de Aguas -*Boletim da República* – I Serie No 51.

ANEXOS

Anexo 1: Fotos



Foto 1: Fonte de água equipada com bomba manual Afridev avariada em Mugoma



Foto 2: Fonte de água equipada com bomba de corda avariada em Muapula



Foto 3: Grupo focal em Muapula



Foto 4: Grupo focal em Mugoma

Fonte: Foto 1 e 2 Alves Nhaurire (Março 2015); Foto 3 e 4 Elias Hilário (Março 2015)

Anexo 2: Guião de Entrevista

Guião de Entrevista

- Descrever as lógicas e objectivos de criação dos comités de gestão de água;
- Captar as percepções locais sobre a sustentabilidade das infra-estruturas de água;
- Identificar as lógicas que levam as comunidades a envolverem-se nos comités de gestão de água, e;
- Identificar as implicações e o papel dos membros dos comités na gestão das fontes de água com vista ao desenvolvimento comunitário.

Questões para os informantes chaves (DNA e SDPI)

1. Contexto e objectivo da criação dos comités?
2. Quando é que os comités em análise foram estabelecidos e porquê?
3. Que mecanismos foram estabelecidos para a sustentabilidade dos comités?
4. Experiencias de comités modelo ao nível nacional ou Distrito?

Questões para os informantes chaves (Líderes)

1. Quando é que foi criado o comité?
2. Objectivos da criação do comité?
3. Quantas pessoas compõem o comité?
4. Como é que os membros foram escolhidos?
5. Como é que avalia a participação dos membros?
6. Qual é o papel do comité?

Questões para os membros do comité

1. Identificação do entrevistado
2. Perfil social e económico
3. Quando e que foi criado o comité?
4. Por quantas pessoas o comité é constituído?
5. Quantas mulheres existem no comité?
6. Os membros do comité tiveram algum treinamento em gestão, manutenção da fonte?
7. Como e que o comité funciona? Há tarefas específicas para cada membro?
8. Qual foi o objectivo da criação do comité?
9. Quantas pessoas usam a fonte?
10. Os usuários pagam pela água que tiram da fonte?
11. Como e que pagam (dinheiro ou espécie)?
12. Pagam por lata ou mensalmente?

13. Todos os usuários contribuem/pagam?
14. O que fazem com as contribuições dos usuários da fonte?
15. Os membros estão capacitados para fazer a manutenção da fonte em caso de avaria?
16. Quantas vezes a fonte avariou durante o ano em curso?
17. Quem reparou a avaria?
18. Como e que ficou a saber do comité?
19. Por que filiou-se ao comité?
20. As suas expectativas estão a ser correspondidas?
21. Se não fosse membro do comité o que faria?
22. O seu envolvimento no comité o impede de realizar outras actividades (económicas, sociais)?
23. Que ganhos obtêm por ser membro do comité?
24. O que mudou na sua vida desde que 'e membro do comité?

Anexo 3: Formulário de consentimento informado

Formulário de consentimento informado

Investigação no âmbito do Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento

Autor: Alves Francisco Nhaurire

O actual trabalho de investigação, intitulado “*Uma análise sobre os factores que condicionam a provisão sustentável dos serviços de Água nas zonas Rurais em Moçambique -Estudo de caso no Posto Administrativo de Maua-Sede*”, insere-se num estudo que decorre no âmbito do Mestrado em Sociologia Rural e Gestão de Desenvolvimento e tem como principal objectivo compreender a questão da sustentabilidade dos serviços de água através dos factores que motivam os actores sociais a nível comunitário a se engajarem ou não nos comités de gestão.

Pretendemos contribuir para um melhor conhecimento sobre este tema, sendo necessário, para tal, incluir neste estudo a participação de todos os membros dos comités de gestão de água que actualmente participam na gestão e manutenção das fontes de água. É por isso que **a sua colaboração é fundamental**.

O resultado da investigação, orientada pelo Professor Doutor Cláudio Mungoi, será apresentado na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane podendo, se desejar, contactar o seu autor para se inteirar dos resultados obtidos.

Este estudo não lhe trará nenhuma despesa ou risco. As informações recolhidas serão efectuadas através de uma pequena entrevista que deverão ser gravados para permitir uma melhor compreensão dos factos.

Qualquer informação será confidencial e não será revelada a terceiros, nem Publicada.

A sua participação neste estudo é voluntária e pode retirar-se a qualquer altura, ou recusar participar, sem que tal facto tenha consequências para si.

Depois de ouvir as explicações acima referidas, declaro que aceito participar nesta investigação.

Assinatura: _____ Data: ___/___/2015

Anexo 5: Lista dos entrevistados, grupos focais e comités de Agua no Distrito de Maua

Tabela 4: Lista dos Informantes-Chave

Instituição	Nome	Posição
DNAAS	Manuela Abreu	Técnica de Departamento Nacional de Saneamento
DNAAS	Renato Solomone	Técnico do Departamento de Abastecimento de água
SDPI Maua	João Mazive	Director do SDPI Maua
WaterAid	João Guilichane	Oficial de Projectos da WaterAid em Maua

Tabela 5: Lista dos membros dos comités entrevistados

Nome do comité	Nome de membro	Sexo	Profissão
Muapula	Adelino Racha	Masculino	Camponês
	Armindo Maquina	Masculino	Camponês
	Mariana Mureli	Feminino	Camponesa
	Filomena Antonio	Feminino	Camponesa
	Valeriano Muleva	Masculino	Camponês
	Celestino Hassane	Masculino	Camponês
	Regina Eugenio	Feminino	Camponesa
	Mateus Forma	Masculino	Camponês
Mugoma	Carolina Geraldo	Feminino	Camponesa
	Anabela Muzite	Feminino	Camponesa
	Eugenio Basilio	Masculino	Camponês
	David Muzite	Masculino	Camponês
	Bibiana Amisse	Feminino	Camponesa
	Marcus Paulo	Masculino	Camponês

Tabela 6: Lista dos participantes dos Grupos focais

Local	Nome	Sexo	Profissão
Localidade de Mugoma	Malave Cacombe	Masculino	Camponês
	Xadrique Martinho	Masculino	Camponês
	Albino Saife	Masculino	Camponês
	Joaquina Hale	Feminino	Camponês
	Catarina João	Feminino	Camponesa
	Samuel Bartolomeu	Masculino	Camponês
	Angelina	Feminino	Camponesa
	-	Feminino	Camponesa
	-	Masculino	Camponês

	-	Masculino	Camponês
Localidade de Muapula	Teresa Tapenda	Masculino	Camponês
	Lúcia Dias	Feminino	Camponesa
	Rosalina Wahala	Masculino	Camponês
	Aquimo Nampeia	Feminino	Camponês
	Cazela Elias	Masculino	Camponês
	Augusto Macala	Feminino	Camponês
	-	Feminino	Camponesa
	-	Feminino	Camponesa
	-	Feminino	-

Tabela 7: Lista dos comités de Água em Maua

Comunidade	Comité de Gestão de Água	Grupo de Manutenção	Grupo Saneamento
1. Bairro 4 - Maua-Sede	Saenat Martinho (Presidente) Argentina Mário (Vice presidente) Sicone Efre (Secretário) Felomena André (Tesoureiro)	Mário Momade Sónia Bernardo Matias Jarssone Julieta Ernesto	Rodrigues Joaquim Assane Carmelina Valeriano Rosa Nachicua
2. Nripo	Arlindo Saide(Presidente) Luís Assomane(Vice presidente) Valdemiro Valeriano (Secretário) Cardoso Sabonete (Tesoureiro)	Bernardo Alberto Cecília Celimino Pedro André Fátima António	Lusinda António Madalena Assomane Ermelinda Manuel Notucia Cardoso
3. Nampuete	António Miguel (Presidente) Graça Valeriano (Vice Presidente) Eugénio Cornélio (Secretário) Catarina Nicame (Tesoureira)	Joaquim Mucaia Ambondio Hussumane Rodilte Bernardo Viana António	Juliana Valentim Rosema Valentim Abel Agostinho Fernando João
4. Muela-Rainha	Eugénio Mairose (Presidente) Genita Mairose(Vice presidente) Valério Ajamo (Secretário) Teofilo Lino (Tesoureira)	Inácio Luciano Nordina Agostinho António Mairose Jaime Mussapeliua	Marieta Afonso Júlia Mairose Pichera Afonso António Murema
5. Waheva	Mozito Eriasse (Presidente) Carlota Genalota (Vice Presidente) Elias Basílio (Secretário) Ana Bela Mozito (Tesoureiro)	Eugénio Basílio David Mozito Bibiana Misse Carlota Basílio	Marcos Paulo Elisa Daimone Ana Castro José Elias
6. Muapula Mercado	Adelino Raja (Presidente) Filomena António (Vice Presidente) Aleninolo Maquina (Secretário) Mariana Munir (Tesoureiro)	Valeriano Muleva Celestino Assane Regina Eugénio Mateus Forma	Lino Gimo Elias Afonso Xavier Irmão Recau Albino
7. Lar dos Estudantes	Migel Fabião (Presidente) Nataliana João (Vice Presidente)	Benjamim Mardade Romeu João	Lucas Wisk Lantoni António

	Eliseu António (Secretário) Florência Albino (Tesoureira)	Elisa Albino Rosema Albino	Celeste Feliz Tolentina Ernesto
8. Bairro 3 Abubucar	Abubacar Augusto (Presidente) Sérgio Fernando (Vice Presidente) Verónica Jaime (Secretário) Halima Abubacar (Tesoureira)	Zacarias Abubacar Chapala Kalpa Genita António Ana Inácio	Sumila Muloloua Samier Cristovão Albina Jiuaiá Rita Carlos
9. Bairro 3 Celemane	Salo Agostinho (Presidente) Olivia Alilio (Vice Presidente) Inês Elias (Secretário) Juliencio Emilio (Tesoureiro)	Cecílio Baeci Nelson Caitana Welvio Horácio Lurdes Carlos	Maria Raujo Angêlica Fabião Nunes André Isac Estefano
10. Bairro 1 Triangulo	Aristide Jorge (Presidente) Julieta Gabriel (Vice Presidente) Manica Kunle(Secretário) Gabriel Matuaia(Tesoureira)	Tereza Rabissone Adelaide Manuel Nito Raimundo Henriques Armando	Nordina Alberto Belita Artur João Florêncio Silêncio Mário
11. Bairro 1 Mugua	Francisco Soares (Presidente) Sabina Celestino (Vice Presidente) Ernesto Simão(Secretário) Chabane Quibula (Tesoureira)	Felex Eusébio Girafa Alberto Joana Armando Ilda José	Joaquim Estaube Cacilda Adelino Natalia António António Issufo
12. Namarica	Sirca Mário(Presidente) Aluna Anubi (Vice Presidente) Tome Vasco (Secretário) Albertina Samuel (Tesoureira)	Joaquim Mussa Aquimo Nube Catarina Adriano Fátima Ali	Fernando Rabissone Fernando Eduardo Lúcia Daimone Mariana Wairesse
13. Namarica	Cecília Daniel (Presidente) Albertina Mateteu (VicePresidente) Zaquiél Cassiano (Secretário) Virgínia Binamo (Tesoureiro)	Simão Teamo Joaquina Mussa Juliana Momade Francisco Samuel	Ermelinda Paulino Angelita Sirca Gervásio Momade Cirva Massengo
14. Mutucula	Rodrigues António (Presidente) Elisa Eugénio-(Vice Presidente) Lorada Cassiano (Secretário) Amaia Amala (Tesoureira)	Alberto Ajaci Domingos Afonso Rosema Arcanjo Elisa Eugénio	Joaquina Ncoco Luísa Mussora Ejuraldo Charlotte Saidino André
15. Napulo	Rita Saimone (Presidente) Francisco saide (Vice Presidente) Rodrigues Alberto (Secretário) Estevão Xavier (Tesoureiro)	Geraldo Jorge Rachabo Muaniva Maliana Bitone Jordina Orlando	Cristina Maurício Lídia Waheva Domingos Luciano Silva Rosário
16. Jaiane Escola	Carlos Rosário (Presidente) Fátima Zito (Vice Presidente) Jacinto Albino (Secretário) Gervasio Luís (Tesoureiro)	Artur Saia Rosalina Wirson Joanita lassine Teresinha Buanauasse	Regilia Efremo Tereza Laimo Venancio Felizberto António Bitiresse
17. Jaiana Rainha	Felizberto Mussa (Presidente) Luísa Agostinho (Vice Presidente) Agostinho Dimaquela (Secretário) Idalina Sadiqui (Tesoureiro)	Fernando Afonso Guilherme Sadiqui Belinha Francisco Argentina Medalha	Modesta Raquele Arjalia Abibo André Buanahaque Gervásio Manuel

18. Necuto	Joaquim Elias(Presidente) Angelina Jastene (Vice Presidente) Jacinto Albino (Secretário) Celestino Athima(Tesoureiro)	Vasco José Salvado Daniel Belinha Francisco Argentina Medalha	Fátima Raimundo Rosa Paulo Fátima Benete Zito Abudala
19. Cuvi 1	Maria Rosa Tratibo (Presidente) José Sira (Vice Presidente) Jacinto Albino(Secretário) Benjamim Asseda (Tesoureira)	Luís Muenhanli Dionísio Jacinto Jacinta Júlio Olga Rodrigues	Tereza Mariamo Ermelinda Carlos Natalina Armando Razac Daina
20. Mugoma Sede	Cornélio Paulino (Presidente) Joana Alfajir (Vice Presidente) Jacinto Albino (Secretário) Celestino Julião (Tesoureiro)	Alberto MpalumeLuís Jaquissone Luísa Mpunduma Argentina Celestino	Evaristo Armando Abondio Ayelela Liciana Thipatala Lucinda Mpunduma
21. Muevia	Atanásio Matias (Presidente) Alberto Sawal (Vice Presidente) Bernardo Mulumo (Secretário) Fátima Dayobo (Tesoureira)	Madalena Miguel Marieta Paulo Elirio Zito Luís Pilaha	Dinis Gailo Aurora José Nazarena Bacar Lúcia Martinho
22. Mugoma Mesquita	Eduardo António-(Presidente) Leonardo Simo (Vice Presidente) Jacinto Albino (Secretário) Josina Felizberto (Tesoureiro)	Jordao Ermane Estela Mairose Carolino Celestino Assomane Dinis	Elisa Cavinga Anastancia Luís Celestino Simo Rosalina Laita
23. Givinre	Luizinho Niuamane (Presidente) Osvaldo Luís (Vice Presidente) Jacinto Albino (Secretário) Gelia Abilio (Tesoureira)	Izaquiel Afonso Patrício Matias Rita Geraldo Laurinda Adriano	Juliana Adriano Marialinda Jone Luísa Valeriano Marialinda Geraldo
24. Nipuumua 1	Hilário Hermane (Presidente) Helena Arabe (Vice Presidente) Lucas Celestino (Secretário) Domingos Gereua (Tesoureira)	Francisco Maurício Elias Artur Noémia Alfredo Cristina Cipriano	Orlando Felix Belinha Jacinto Isaura Raimundo Virgínia Cornelio
25. Muandece	Jaquissone Lucianao (Presidente) Mariana daitone (Vice Presidente) João Salimo (Secretário) Lidia Geraldo (Tesoureira)	Adriano Wala António Ragide Elisa Eduardo Felizarda Adriano	Maria Júlio Paulino Juma Tereza Frurithe Calisto Francisco
26. Mbilua	Lídia Zitoe-(Presidente) Ermelinda Agostinho (Vice Presidente) Isac Patrício (Secretário) Catarina Driesse (Tesoureira)	Omar Basílio António Anafi Filorinda Anafi Márioa Alberto	Celestino Valentim António Alberto Jaime Herinque Telfina Nicua
27. Muapula Rainha	Paulo Fabião (Presidente) Estela Raja (Vice Presidente) Bento Captene (Secretário) Nsua Ntarica (Tesoureiro)	Vatarina Joaquim Basílio Muahona Hortência Jaksson Dionísio João	Madalena António Zacaria Eugénio Cristina Basílio Laurinda Raja

28. EPC Muapula	Armando Raitone (Presidente) Esperança Martinho (Vice Presidente) Gilberto Armando (Secretário) Ana J.Tomás (Tesoureira)	Junior Gonsalves Valeriano Muleva Fátima Saide Ivônia Juliano	Genita Silva Jordão António Basílio Anube Ana Tereza Saide
29. Macothe	Romeu Fastudo (Presidente) Hermínio João(Vice Presidente) Mateus Horácio (Secretário) José Mbuana (Tesoureira)	Fernando Francisco Macalhange Fastudo Rosalina José Sonia Bubacar	Joaquim Juma José Quidione Manuel Sisal Abílio Maquina
30. Muacula	Armando Faque (Presidente) Emília Afote (Vice Presidente) Rosalina Wapuela (Secretária) Macitinho Magaia (Tesoureiro)	Mariana Muleva Varisto Jaime Luís Nasina Vanessa Vaquiua	Sidonia Maquina Judite Patrício Vidal António Tomás Salimo
31. Muacula Curva	Justina Nes (Presidente) Isalia Alberto (Vice Presidente) Alberto Joaquim (Tesoureiro) Felismino Muapula (Secretário)	Carlitos Felisberto Desofio Anastansio Belinha Bernardo Grecia Saulande	Salvador Rafael Filipe Hermínio Luciana Artur Claudina Artur
32. Mmora Waracula- Muene	Benedito Wiciveliha (Presidente) Cecelia Armando (Vice Presidente) Bastano Mucixeliua (Secretário) Tereza Saide (Tesourira)	Recardo Mamo Joaquina Caetano Jacinta Armando Jorge Chaibo	Isonio Armando Fitélia Caetano Paulo Maça Miséria Kuancua
33. Mmora Waracula Paulo	Gabriel José (Presidente) Celeste Quiramua (Vice Presidente) Estevão João (Secretário) Worio Felisberto (Tesoureiro)	Paulito Cuanjessa Rosa Cuanjessa Natercia Artur Anastânsia Santos	Jordina Santos Verónica Faustino Georónimo Cuanjessa Marialinda Paquina
34. Mmora Waracula Rainha	Paulo Buanaia(Presidente) Nazarena Rafael(Vice Presidente) Celestino Buanaia (Secretário) Carlota Buanaia (Tesoureira)	Modesta Joaquim António Joaquim Isabel Malenga Felizardo Artur	Atanásio Augusto Asuati Amisse Zacaria Mirassi Noemia João
35. Mmora EPC Waracula	Pazito Cornélio (Presidente) Sandra Mirassi (Vice Presidente) Pedro José (Secretário) João Wiriamo (Tesoureiro)	Natalia Adriano Rodrigues Adriano Jamila Raspane Geraldo Simone	Maria Rachide Angelina Macothe Monica João Sílvia Luís
36. Warracula Mmora Alane	Domingos Francisco (Presidente) Ana Pista Alane(Vice Presidente) Issa António (Secretário) Justina Elias (Tesoureira)	Valeriano Siquimo Jamissone Namaca Verónica Jaksson Lionora Alane	Valeriana Saimo Helena Albino Lourenco Bulario Cristina Jamissone
37. Muita-Escola	Alberto Dvenre (Presidente) Lúcia Amamo (Vice Presidente) Ersale Culai (Secretário) Calisto Saide (Tesoureiro)	Alves Awali Laura Macália Matetha Calisto Hortência Macalia	Joana Ncawi Carlota Yersal Feleciano Adriano Agostinho Baina
	Mariana Nielo (Presidente)	Ventina Rafael	Alberto Sinoia

38. Sissir	Helena Eusébio (Vice Presidente) Julieta Rafael (Secretário) Sanjo Afia (Tesoureiro)	Alice Milice Ermelinda Mucuba Vicente Nirwani	Marcelino Napane Eusébio Macala Manuel Xiquixi
39. Minicua	Miguel Wissilamo (Presidente) Teresa João (Vice presidente) Gerlindo João (Secretário) Faustino Miguel (Tesoureiro)	Zacarias Saimone Armando Saimone Gracieta Celestino Clara Bernardo	Lúcia Cuacha Catarina Saimone Eurelho Joaquim Miguel Wissilamo
40. Pahua	Tomé Waite (Presidente) Fabião Baptista (Vice Presidente) António Basílio (Secretário) Adriano Amimo (Tesoureiro)	Severino Afonso Delvina Robate Julieta Cassimo Justina Tomé	Albertina Francisco Rosema Robate Rosa Chipaca Raul Fabião
41. Atthima	Virgínia Muereque (Presidente) Saisse Mussa (Vice Presidente) Cassiano António (Secretário) Filomena Trinta (Tesoreira)	Ernesto Jony Helena António Cassiano António Lurdes ernesto	Magito Mário Ajuia Tomo Daniel Massambuc Valeria Geraldo
42. Nacache-Escola	Isabel João (Presidente) Natercia Lourenco (Vice Presidente) Margarida Afonso (Secretário) Pedro Elias (Tesoureiro)	Anastásia Júlio Rita Assibo Remigio Muhoco Pedro Eliaas	Lucas Rajabo Afonso Macute Leonora Waite Damião Alberto
43. Nacache-Muene	Afonso Eugénio (Presidente) Afoncina Rachide (Vice Presidente) João Cruz (Secretário) Eduardo Cambone (Tesoureiro)	Jorge Jacinto Carlinda Sebastiao Geronimo Faustino Maurício Valeriano	Silva Adriano Célia Feleciano Delfina Afonso Anastasia Júlio
44. Nripa	Alberto Tomás (Presidente) Ana Maria Abacar (Vice Presidente) Severino Patrício (Secretário) Eduardo Cambone (Tesoureiro)	Vasco Albino Felomena Vessa Felomena Fernando Fernando Vasco	Telma Sameca Tomás Arabe Luísa Bernardo Lúcia Trahimo
45. Ntepo	João Domingos (Presidente) Angelina Mangessa (Vice Presidente) Jacinto Bernardo (Secretário) Diolinda Calisto (Tesoreira)	Julieta Alfredo Anastásia Napuri Felicja Lourenco Dionísio Daireque	Florencia Amasse Justina MuJosé Albertina João Cristina Rodrigues
46. Muita-Muene	Lúcia Mocha (Presidente) Alberto Jamissone (Vice Presidente) Benedito Lourenco (Secretário) Estevao João (Tesoureiro)	Alfredo Dausene Feliz Januário Joana Mukhuma Maria Ângela Lino	Júlio Araz Remigia Alberto Rosema Jaquissone Felismino Rosário
47. Cuvir-3	Romeu Afonso (Presidente) Domingos Siguita (Vice Presidente) Alves Salama (Secretário) Horacio Alfano (Tesoureiro)	Beatriz Joaquim Elisa Pedro Adriano Nihara Fernando Geraldo	Felícia Martinho Margarida Júlio Gostância João Arácia Maico
48. Mutapiri	Maria Domingas (Presidente) Cardo Anane (Vice Presidente) Zacarias Feleciano (Secretário)	Rosita Geraldo Rosa Feleciano Eriasse Romano	Armando Alide Migueias Alane Anabela Isaquiel

	Cecília Saide (Tesoureiro)	Adriano Assane	Hortência Isaquiel
49. Mpilua	Luís Selemane (Presidente) Maria Nsua-(Vice Presidente) Carlitos Nsua (Secretário) Boaventura Airone (Tesoureiro)	Baptista Alberto Saúde Maquina Joanita Sangira Bibiana Anafi	Lurdes Waila Julieta Benesse Manuelito Júlio Fernando Martinho
50. Xapalango	Maria Mpura (Presidente) Ana Maria Mpura (Vice Presidente) Boaventura Airone (Secretário) Adriano Francisco (Tesoureiro)	Paulino Damasso Brinca Rosário Joana Francisco Clementina Rosari	Ventina Manuel Mariana Francisco Claudina Rosário José Mairose
51. Muloloa-B	Eusébio Nteca (Presidente) Altino Adriano (Vice Presidente) Claudino Cassimo Secretário Maria Angela Ermínio (Tesoureiro)	Martinho Alberto Alberto Xavier Ginoca Barbito Teresinha Ireksone	Rosalina Botomane Marcelina Jaksone José Suala Helena Botomane
52. Mutapiri-Rainha	Vanoto Buanaira (Presidente) Lúcia Caritano (Vice Presidente) Gostodio João (Secretário) João Alfredo (Tesoureiro)	Afonso Letecele Orlando Curnado Ilda Daniel Anástasia João	Helena Mussa Margarida Mussa Valeri a João Jakson Eugénio
53. Mmora-Wammagani	Filomena Suala (Presidente) Albetina Suala (Vice Presidente) Fabião Aquimo (Secretário) Rosema Vuluera (Tesoreira)	Rodrigues Saide Ernesto Xavier Tersa Suala Joana André	Ceste Raspa Verónica Rodrigue Grimildo Agostinh Orlando Gabriel
54. Muela-Mecate	Bernardo Manuel (Presidente) Cecília Amigo (Vice Presidente) Evaristo José (Secretário) Julieta Cavete (Tesoreira)	Jovenisto Manuel Elias Mecha Ana Bela Victor Joana Muririma	Aida Manuel Laura Murihiwa Ambrósio Manuel Saraiva Florestino
55. Muapula-Mercado	Vsleriano Muhemela (Presidente) Regina Eugénio (Vice Presidente) Zito Francisco (Secretário) Celestino Assane (Tesoureiro)	Armindo Maquina Regani Albino Helena Paulo Hortência Alberto	Mariana Romano Xavier Irmão Joana Felisberto Adelaite António
56. Maiaca -Missão	Ramos Nalipue (Presidente) Augusto Motoliwa (Vice Presidente) Paulino Cavea (Secretário) Irene José (Tesoreira)	António Bernardo Gostantino António Margarida Agostinha Jorgina Bonifácio	Gonsolada Jaime Joana Víctor Benilde António Valério Paulino
57. Muhala-2	Januário Salvador (Presidente) Jacinta Rajabo (Vice Presidente) Ernesto Fernando (Secretário) Ernesto Simione (Tesoureiro)	Carlos Subuhana Eduardo Luís Fátima Daniel Joana Aissa	Leonora Muhala Margarida Muhala Manuel Filipe Ilda Muquithi
58. Quarea 1 A	Miguel Cadona (Presidente) Manuel Malico (Vice Presidente) Joana Amasso (Secretária) Geraldo Mário (Tesoureiro)	Rafel Mano Gracieta Augusto Leonra AlexAndré Feliz Sapura	Luísa Noemia Gervásio Joaquim Belinha Cuteiua Ernesto Alifa
	Zacarias Wirsson (Presidente)	Elserte Basílio	Lugrência Mucava

59. Chaca 2	Zacarias Alfredo (Vice Presidente) Raimundo Lucas (Secretário) Angelina Paulino (Tesoureira)	António Castomo Raul Scada Consolada António	Silva Aly Datinha Eugénio Armandinho Feleciano
60. Muita	Alberto Devere (Presidente) Luna Amano (Vice Presidente) Calisto Saide (Secretário) Ersale Culai (Tesoureiro)	Alves Auali Laura Macala Modesta Calisto Hortênsia Macala	Joana Nkani Carlota Yersal Feleciano Adriano Agostinho Paua
61. Chicoco	Rita Jamissone (Presidente) Artur André(Vice Presidente) Abondio Limas (Secretário) Flora Alfredo (Tesoureira)	Rodrigues Casimiro Gonçalves Cassiano Justina Joana Olivia Muquela	Lurdes Agostinho Costancia Macocoue Cristina Abondio Atanásio Saisse
62. Muloloua	Helena Batomane (Presidente) Claudina Cassimo (Vice Presidente) Martinho Alberto (Secretário) Marcelina Jackssone (Tesoureira)	Terezinha Jacksson Livia Baca Atanásio Sabite Madelena Herminio	Janoca Barbitto Maria Angela Rosalina Batomane Tereza Taibo
63. Pahua	Adriano Amimo (Presidente) Justina Tomé (Vice Presidente) Tome Waite (Secretário) Domingos Amimo (Tesoureiro)	Severino Afonso António Basílio Fabião Baptista Albertina Francisco	Delvina Robate Julieta Cassimo Joana Lino Bento Tomé
64. Quarea Escola	Abudul Sozinho(Presidente) Francisco Mário (Vice Presidente) Maria Manuel (Secretário) Rosalina Rabana (Tesoureiro)	Geremias Feleciano Carlitos Vahiua Angelita Cornelio Modesta Elias	Movodo Manuel Francisco Inácio Catarina Cuela Lúciana Francisco
65. Quarea B	Amável Santo (Presidente) Joaquina Rabana (Vice Presidente) Florinda Cherule (Secretário) Jorge Augusto (Tesoureiro)	Rosário Damião Feleciano Angelo Bento Omar Maria Hodala	Carlota Orlando Joana Eugénio Carlos Francisco Augusto Calisto
66. Intepia 2	Bento Martinho (Presidente) Mariazinha Ncavela(Vice Presidente) Matilde Lopes (Secretário) Domingos Pascoal (Tesoureira)	Juliana João Bulinho Ntepio Tereza Matala Adelino Martinho	Adriano Martinho Arcanjo Plstone Eusébio Muaua Casiel Nxavela
67. Motopa	Jaime Amini (Presidente) Teresa Joaquim (Vice Presidente) Eduardo Ernesto (Secretário) Matias Vassesse (Tesoureiro)	Cassiano António Ana Brista AlexAndré Fabião Júlio Tília Ernesto	Maurício Wisky Verónica Carlos Rafael Joaquim Celeste Dempa
68. Queta	Ameralim Teófilo (Presidente) Julieta Aride (Vice Presidente) Rodrigues Simão (Secretário) Luís Maquesse (Tesoureiro)	Otávio Cristovão Orlando Cipriano Estefânia Orlando Natalina Raul	Menita Motrola Fátima Jony Lúcia Maulana Rodrigues Afonso
69. Mutumbine	Vicente Ntatarunna (Presidente) Armando Jaime (Vice Presidente)	Calisto Januário Zacarias Salimo	Cebastiao António Emilia Dawa

	Jorge Dawa (Secretário) Carolina Rajabo (Tesoreira)	Rosa Dawa Arabia Castro	Joaquina Maquesse Laurinda Valeriano
70. Ntepia-1	Armando Estevão (Presidente) Rosa Varica (Vice Presidente) Gaspar António (Secretário) Estevao Wicasse (Tesoureiro)	Raimundo Orlando Manuel Raibo Elisa Nacapa Glória Pedro	Pedro Buanausse Luísa Wirsson Carolina Júlio Teresa Wissilamo
71. Ntepia-2	Bento Martinho (Presidente) Teresa Madala (Madala) Eusébio Muana (Secretário) Cariesse Muchawa (Tesoureiro)	Pânio Enriques Arcanjo Alfredo Paulinha Ntepia Domingos Pascoal	Matilde Lopes Catarina Jorge Mariazinha Macawela Adriano Achamo
72. Nikuttha	Bernardo Enriques(Presidente) Salvador Abdala (Vice Presidente) Mariana Baine (Secretário) Julieta Wumene Tesoureiro	Orlando Carlite Adelino Mucurunea Victoria Ermínio Margarida Nicompe	Cecília Muriana Daniel Américo Orlando Abdala Albertina Adelino
73. Comeia	Damião Agostinho (Presidente) Carlos Vahiwa (Vice Presidente) Maria António (Secretário) Cadencia Raibo (Tesoreira)	Leonardo Guido Amina Jorge Maria Blek Eugénio Felix	Elisa Santos AlexAndré Almesaia Messias Lúciano Valéria Bonate
74. Bairro2-Maiaca	João Selemane (Presidente) Crisnilio Calisto(Vice Presidente) Teresa Nticua (Secretária) Helena Paulino (Tesoreira)	Procaria Valeriano Selmino Gival Fátima João Remildo Orlando	Valência Avelino Maria José Armando Gabriel Luís Mencha
75. Quem`mua	Adelino Januário (Presidente) Constancia Albino (Vice Presidente) Ines Murange (Secretário) João Alaia (Tesoureiro)	Rosita Jony Efrem Muhoro Angelina Albino Albino Raibo	Adriano Carlos Raimundo Lionde Maria Massaca Filomena Albino
76. EPC-Maiaca-Sede	Alfredo Luís(Presidente) Fernando Benjamim (Vice Presidente) Fabião Eusébio (Secretário) Dimingas Januário (Tesoreira)	Verónica Coornelho Isilda Alberto Fabião Mateus Alberto Taxabaina	Modesta Salvador Meninho Medasga Acleni Wik Alberto Bamusse
77. Centro de Saude de Maiaca	Dawacai Armando (Presidente) Esperanca Alberto (Vice Presidente) Carneia Albino (Secretário) Abondio Coorelho (Tesoureiro)	Riceu Basílio Ilda Arlindo Fiorino Bamusse Felista Rafael	Marcelo Mário Carminda Muharwa Maria Kupama Zaqueeu Lino
78. Mucossoa	Carlitos Augusto (Presidente) Geraldo Mulola (Vice Presidente) Guilherme AlexAndré (Secretário) Luísa Jaquison (Tesoreira)	Agostinho Jorge Baptista Barcelemone Sandra José Ana Maria Nvenha	Domingos Silva Lourenço Trinta Liverina Ernesto Mississi Augusto
79. Bairro-3 Puto	Dionísio Eugénio (Presidente) Felismina Inácio (Vice Presidente) Ernestina João (Secretária)	Estela Fabião Margarida Bendissone Samuel Rucha	Clara Anselmo Albertina Geral Miguel Mele

	Paulino Eugénio (Tesoureiro)	António Januário	Domingos Medissone
80. Bairro-2 Vaquiwa	Maria Inácio (Presidente) Joana Agostinho (Vice Presidente) Angelina Gervásio (Secretária) Jacinto Alfredo (Tesoureiro)	Adolfo Pedro Jorge Adawa Olímpia Germias Catarina Alberto	Marta Lucas Abílio Luís Maria Pacífica Pedro Delfina Ricardo
81. Bairro-1 Agricom	Paulino António (Presidente) Cristina Lúciano (Vice Presidente) Alberto Ntoma (Secretário) Lúcia Crimo (Tesoreira)	Milange Martinho Costâncio Fausto Luísa Alberto Luísinha Inácio	Cecília Marenga Gilda Mpura José Paulo Francisco Cambona
82. Chicoco	Rodrigues Wilson (Presidente) Bresneve Faustino (Vice Presidente) Dilinda Lemos (Secretária) Bernardo Zacarias (Tesoureiro)	Ernesto Carlos Catarina Chale Valeriano João Afoncina Ambrósio	Guido Lemos Lifânia Silva Maria Adelino Da Silva Alves
83. Nerculo	Januário Salvador (Presidente) Madalena Feleciano (Vice Presidente) Jaime Júlio (Secretário) Joaquim Estaube (Tesoureiro)	Artur Coroma Aliante Pedro Celeste Xavier Amalha António	Leonora Paulino Helena Pedro Inoque Joaquim Ernesto Jaura
84. Muanano	Jantar Saidina (Presidente) Maria Muhala (Vice Presidente) Silvestre Parar (Secretário) Moisés Dauda (Tesoureiro)	Luís Capto Dias Jantar Lídia Francisco Estela Binão	Julieta Acasse Olívia Ângelo Adelia Jantar José Jaime
85. Mpapane	Paulino Chiremba (Presidente) Luísa Zacarias (Vice Presidente) Luís Masseve (Secretário) Hilário Amido (Tesoureiro)	Rodrigues Geraldo Julieta Macheque Joana Paulino Gerais Fernando	Zacarias Asselo Rosalina Licora Gracieta Rodrigues Josina Fernando
86. Massucos	Carlota João (Presidente) Maria Joaquim (Vice Presidente) Arlindo Martinho (Secretário) Inácio Monelocha (Tesoureiro)	Carlitos Pedro Alfredo Bernardo Maria Lícia Inácio Carlota Silvestre	Mariadilha Matias Maria Inácio Costantino Mangrace Neves francisco
87. Muhala 1	Muaherereque Afane (Presidente) Rosa Burrasse (VICE Presidente) Afrdo Jaksson (Secretário) A chamo Arabe (Tesoureiro)	Estevão Basílio Felesmino Mithupa Madalena Januário Rosema Jacinto	Paulino Alberto Fausto Maurício Eurandina António Helena Nipupha
88. Maiaca Bairro 3	Augusto Manuel (Prsidente) Celeste Cahova (Vice Presidente) Yahaya Cornélio (Secretário) Uaressse Dauda (Tesoureiro)	Virgílio Horta Angelina Manuel Vianito Venâncio Luísa Wissilamo	Dinis Mofate Agostinho Alberto Belinha António Maria Fernando
89. Murarange	Feleciano Bulão (Presidente) Rosema Bachir (Vice Presidente) Naudo António (Secretário) Lourenco Jumahina (Tesoureiro)	Olivia Muhala Celvina Rajabo Bonifácio Maquina Valentim Saisse	Osvaldo Domingos Loca Ramos António Daimone Virginia Maquesse

90. Murarange-Cuvir	Bibiana Paulene (Presidente) Calisto Patrício (Vice Presidente) Carlos Sumaila (Secretário) Ramos Subuhana (Tesoureiro)	Samuel ernesto Alfredo Francisco Rita Bachir Celestina lassine	Rosalina Subuhana Madalena Mirione António Ajasse Norinho Marcelino
91. Cuarea-2 Escola	Inês Wailo(Presidente) Abel Silvério (Vice Presidente) Martinho Calisto (Secretário) Mpuca Comela (Tesoureiro)	Rafael Valeriano Margarida Walussa Mateus Eugénio Laurinda Ernesto	Catarina José Cornélio Anasse Remos Lourenco Mariana Rabuquene
92. Quarea 2	Cornélio da Silva (Presidente) AlexAndré António (Vice Presidente) Orlando Rabuquene (Secretário) Mariana Raibo (Tesoureiro)	Monido Lourenco Angelina Eduardo Janeta Uade Atanásio Matias	Ernesto Luia Lidia Assafo Sonia José Eusébio Lassimo
93. Muhissa	Franco Muhala (Presidente) Rosita Jaquisson (Vice Presidente) Euisébio Queta (Secretário) Marcelino Issa (Tesoureiro)	Almoço Geraldo Elisio António Lescana Mucossoua Malisa Adelino	Regina Paulino Requito Paulo Cecília Ayuba Nicolau Saisse
94. Nvite Escola	Julião Jussa (Presidente) Verónica Meja (Vice Presidente) Quido Sormone (Secretário) Ismael Rodrigues (Tesoureiro)	Inácio Alfredo Faustino Amido Carolina Gervasio Lurdes Filipe	Armando Rabana Maria Mulemela Lugerdina Calisto Mariana Issufo
95. Nipumua Rainha	Jaime Lancho (Presidente) Celeste Mariamo (Vice Presidente) Bonifácio Wirate (Secretário) Patrício Suri (Tesoureiro)	Tomás Alberto Fevereiro Cotopola Glória Vatiua Clara Basílio	Temóteo Joaquim Emilia Filimone Domínia Patrício Belita Luís
96. Queque	António Jafar(Presidente) Maria Amane (Vice Presidente) Chefe Queque Secretário Serafim Samuel Tesoureiro	Virgílio António Carlos Lúciano Felina Alberto Maria David	Geraldo Carlos Inês Alberto Clementina Carlos Fátima valentim
97. Nampuete	António Miguel(Presidente) Joaquim Mucaia(Vice Presidente) Abel Agostinho (Secretário) Fernando João (Tesoureiro)	Eugénio Cormélio Graça Valeriano Quento Eugénio Rosema Valentim	Juliana Valentim Abondio Ussumane Racilde Bernardo Diana António
98. Nipumua Escola	América Ussumane (Presidente) Mariana Amine (Vice Presidente) Adolfo Abondio (Secretário) Njauene Nquina (Tesoureiro)	Simão Wiriamo Sarco quechecha Chuina Buanance Angelina Laisse	Nipumua Wahana Abondio Mardene Luísinha Valentim Rosalina Abondio
99. Muapula Muene	Felesmino Muapula (Presidente) Elisa Mpuatha (Vice Presidente) Samuel Anubi (Secretário) Mário Muapula (Tesoureiro)	Calisto Muapula Mariana Anubi Florina Arcanjo Esteja Julião	Marcelino Hermínio Albertina Burai Maria Rosa Burai Gelindo Mussa
100. Muenhanli	Isaias António (Presidente) Ivo Eugénio(Vice Presidente)	Carita Adriano Carmelo Hilário	Verónica Simão Clementina Lafi

	Cesar Luís (Secretário) Silvestre Alfredo (Tesoureiro)	Madalena Mateus Isabel Baessa	Victorino Jaquisson Ermelinda Paulino
101. Chivinre Magrinho	Manuel Amine (Presidente) Adelino Geraldo (Vice Presidente) Carvalho Basílio (Secretário) Fresca Sabune (Tesoureiro)	António Denesse António Afade Amélia Maquivelo Luísa Valeriano	Fonseca Sabune Domingos Eugénio Helena Alafe Verónica Manuel
102. Mugia	João Omar (Presidente) Figueredo Uassine (Vice Presidente) Francisco Estaube (Secretário) Maurício Muita (Tesoureiro)	Cecília Agostinho Albertina Ernesto Vonsina Bernardo César António	Filipe Samuel Luísa Maida Luzinha Kanicuela Cecília João

Fonte: WaterAid (2016)

